

Índice

NOTA DO DIRECTOR

O homem e a obra	3
Miguel Anacoreta Correia	

IN MEMORIAM

O nosso fundador	5
Adriano Moreira	
Recordando o Padre Joaquim de Aguiar	10
José Luís Seixas	

ENSAIO

O regresso de Gilberto Freyre	12
Adriano Moreira	

ACTUALIDADE

Política internacional: Regular o global.	
Nações Unidas: A reforma e a crise iraquiana	25
António Monteiro	
O diálogo estratégico entre Portugal e Espanha	46
João Rosa Lã	
Religião, tolerância e proselitismo	58
Paulo Ferreira da Cunha	
A “Caixa de Pandora”	75
Maria Regina de Mongiardim	

DEBATE

Europeias: lições de uma eleição81

Duarte Lima

ANÁLISE

**Uma cultura nacional de design inclusivo:
Um factor estratégico para o desenvolvimento
e para cumprir 201092**

Pedro Nuno de Oliveira

O homem e a obra

Esta edição de “Roteiros” é dedicada à memória do Padre Joaquim António de Aguiar, fundador do nosso Instituto, falecido recentemente, a poucas semanas de completar 90 anos, quase setenta dos quais consagrados a realizar coisas, todas elas importantes.

O Padre Aguiar foi uma figura marcante da vida religiosa, académica e cultural da segunda metade do século passado. Deixou o seu nome ligado a grandes iniciativas de que beneficiaram muitos, sobretudo gerações que passaram pelo ensino superior.

Não é fácil desenhar o seu retrato completo, nem especificar tudo quanto concretizou ou ajudou a construir. Homem de carácter e determinação, austero e modesto, devotou-se por inteiro à Congregação de que era membro e com cuja acção fez com que a instituição se expandisse em Portugal e se tornasse respeitada e prestigiada. Por outro lado, deixou uma marca indelével como pedagogo, em que avultou, para além do ensino, a criação do primeiro Colégio Universitário em Portugal, a que foi dado o nome do Papa Pio XII.

O Colégio Pio XII nasceu na década de 50, quando o País despertava para uma viragem. Destinou-se a acolher estudantes que vinham para Lisboa frequentar o ensino superior, oriundos do interior e dos territórios ultramarinos. Preencheu uma lacuna no que toca ao acolhimento a carenciados de instalações residenciais e, também, à integração e ao apoio pedagógico. Além disso, transformou-se num dos raros centros de reflexão existentes em Lisboa, onde se debatiam os problemas com que Portugal se confrontava, com destaque para a temática do pensamento europeu, que começava a atravessar a sociedade portuguesa. Foi uma tribuna quase isolada, em que se doutrinava e se escutava a palavra de tendências variadas.



Na linha das suas preocupações, o Padre Aguiar foi indiscutivelmente um pioneiro em algumas frentes. Uma delas dizia respeito à Europa de que fazíamos parte e em que nos viémos a integrar plenamente, sem evidentemente descurar a nossa vertente atlântica. Em todo o caso, o pensamento europeu adquiriu um lugar predominante no saber que espalhou e nas iniciativas que lançou, como os Encontros Europeus, realizados por todo o País e no estrangeiro. Afirmou-se um homem do seu tempo e, até, para além do seu tempo, pois possuía um inegável dom premonitório.

Foi uma vida riquíssima de empenhamento a causas nacionais e de motivação de gerações para obras que perduram. Deve-se-lhe, também, a entrega como fundador ao Instituto D. João de Castro, que sob a sua presidência conheceu uma dinâmica extraordinária e um desenvolvimento seguro. Fica ainda com o seu nome ligado a outras acções pedagógicas e culturais, designadamente a Academia Internacional da Cultura Portuguesa, a cujos destinos presidiu durante largos anos.

Neste número faz-se, por isso, a merecida evocação da sua figura e da sua acção, ao mesmo tempo que antigos alunos do Colégio Pio XII nos honram com a sua colaboração em homenagem àquele que recordaremos para sempre como um exemplo espiritual e moral e como alguém que viu recompensados os seus méritos e talentos pela admiração que lhe devotavam quantos o conheceram e com ele conviveram, bem como por distinções que consagraram o seu intenso e proficuo labor, sendo de salientar o Doutoramento *Honoris Causa* pela Universidade de S. Petersburgo e o ingresso na Academia das Ciências da Rússia. †

MIGUEL ANACORETA CORREIA



D.R.

O Padre Doutor h. c.
Joaquim António de Aguiar

O nosso fundador

ADRIANO MOREIRA

O Padre Doutor h. c. Joaquim António de Aguiar, que nos deixou, morrendo em amargurante sofrimento físico, foi um interveniente de primeiro plano na sociedade civil portuguesa durante cerca de setenta anos de magistério.

Muito consciente do preceito que manda dar a Deus o que é de Deus, e a César o que é de César, serviu o *povo de Deus*, que não tem nacionalidade e está unido pela crença e pelo reconhecimento da autoridade do Bispo de Roma, mas sem minorizar o amor e dedicação à Nação portuguesa. Nesta valorava sobretudo a missão histórica, a responsabilidade que lhe coubera pelo Padroado, a contribuição para o desenvolvimento dos países do antigo Império, e o dever de não alienar essa responsabilidade pelo facto de mudarem as estruturas políticas.

Nascido em família humilde da aldeia de Castainço, não conheceu o pai, porque este pertenceu àquela geração de

»»

Portugueses que procurava no Brasil ganhar os recursos necessários para dar à família a modesta qualidade de vida que a pobreza das interioridades lhes negava, deixando o país entregue às *viúvas de vivos* que resguardaram o tecido das comunidades, e morreu numa viagem de regresso, ficando enterrado em Fernando Pó.

Tendo também morrido a pequenina irmã, a vocação que lhe descobriram os missionários que percorriam as lonjuras das Beiras e de Trás-os-Montes para avigorar a fé, levou a mãe a consentir, ficando solitária e doente, que o levassem para terras de Espanha, onde frequentou o Seminário e se ordenou, sendo para sempre fiel membro da Congregação dos Missionários Filhos do Imaculado Coração de Maria (Claretianos). Foi essa fidelidade que o encaminhou no sentido de recusar outras oportunidades de realização, designadamente a carreira académica para a qual o procurou atrair aquela que foi a notável historiadora Virgínia Rau, sua condiscípula.

Teve de conciliar vários desafios e capacidades, designadamente: o de corresponder às exigências de administração da Ordem escassa de meios em que se integrava, sendo considerável o conjunto de recursos cuja angariação liderou, obtendo apoios e generosidades que se moviam pela autenticidade que lhe reconheciam; a vocação pedagógica que ficou documentada em iniciativas e regências que foram incorporadas pela institucionalização do ensino católico, mas também pelo magistério que exerceu no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, numa época em que ali também foi Professor o futuro Cardeal D. António Ribeiro.

Mas as obras da sua vida, nas quais se conjugaram a vocação administradora, a vocação pedagógica, e o talento da missão, foram o Colégio Universitário Pio XII e o Centro de Apoio à Juventude João Paulo II.

O primeiro encontrou inspiração no modelo medieval, redefi-

nido para o século XX em mudança, a exigir iniciativa desse tipo, rivalizando em qualidade com várias instituições aparentadas que nasceram no ambiente da Cidade Universitária de Madrid, e das quais recordo a Casa do Brasil, dirigida pelo ilustre sociólogo Joaquim da Costa Pinto, um amigo querido, que o foi também do Colégio Universitário Pio XII e do Padre Aguiar. Hoje temos outras instituições de modelo aproximado, mas o pioneirismo pertence-lhe.

Foi no decurso da sua angariação de recursos para erigir o Colégio que o conheci, quando me procurou no Ministério do Ultramar em 1961, e atribui-lhe o apoio financeiro que me pareceu adequado para cumprir a obrigação que assumiu, e foi cumprida até 1974, de o Colégio reservar uma cota de residentes para os estudantes vindos do Ultramar para frequentar estudos universitários.

Nessa data era inquietante, por dificuldade de racionalização e de prospectiva, a mudança da ordem internacional, que envolvia profundamente a estrutura e destino de Portugal, não havendo muitos centros onde a juventude pudesse ouvir e discutir as teses em circulação ou a falta delas.

Entre tais raros centros, o Colégio Universitário Pio XII, liderado pelo Padre Aguiar, assumiu posição destacadíssima, com uma actividade circumescolar sem grandes paralelos, sendo uma tribuna disputada por onde passaram interventores das mais variadas tendências, e com o Colégio a requerer sempre a consideração da doutrina cristã, e também sempre a do Concílio Vaticano II.

Foi essa desassomburada capacidade e vocação que levou os responsáveis pela fundação da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, nascida do movimento dos Congressos das Comunidades de Cultura Portuguesa da década de sessenta, a entregar-lhe a Presidência da referida Academia, que exerceu até à morte.

Entretanto, sempre atento à mudança da sociedade portuguesa



e da comunidade internacional, decidiu intervir, também de forma pioneira e exemplar, nesta questão amargurante de uma população juvenil que não vencida as dificuldades do ensino secundário, nem do acesso ao ensino superior, e organizou o Centro de Apoio à Juventude João Paulo II, de ensino profissionalizante, que tem uma taxa de empregabilidade praticamente absoluta. Apoiado nos amigos que providenciaram os recursos, exigiu que a associação confiasse à Ordem, e não à eleição que lhes pertencia, a escolha da direcção, porque nunca quis colocar-se fora da jurisdição institucional.

Logo que, de longe, anteviu o destino europeu da sociedade portuguesa, findo o ciclo do Império, organizou os Encontros Europeus que tiveram dezenas de edições, em várias cidades europeias e no Brasil, reunindo estudantes de várias nacionalidades, e sempre apoiado pelo financiamento que conseguia pelo uso do prestígio que lhe vinha das capacidades demonstradas.

Foi por isso que um grupo de interessados em contribuir para que a sociedade civil portuguesa meditasse sobre a mudança estrutural da condição de Portugal no mundo, o chamou para assumir a organização do que seria o Instituto D. João de Castro, a cuja direcção presidiu até que as forças começaram a aconselhar-lhe dispensar-se de algumas obrigações.

A última notável iniciativa, em que envolveu o Centro João Paulo II e o Instituto D. João de Castro, traduziu-se na definição de relações de cooperação, que lhe foram solicitadas, depois da queda do Muro de Berlim, com a Universidade de S. Petersburgo, apoiando bolsheiros que preparavam a obtenção de graus académicos na área da língua e cultura portuguesas, um desempenho que lhe fez merecer ali o Doutoramento *Honoris Causa*, e ser o único português membro da Academia das Ciências da Rússia.

Pelo caminho, orientava os estudantes, celebrava-lhes os casa-

mentos, baptizava-lhes os filhos, presidia às cerimónias fúnebres dos parentes, espalhando a confiança, a aceitação, e a alegria da esperança.

Por isso, o dia dos seus anos, que deixou de ser celebrado no Colégio Universitário Pio XII quando cessou o seu encargo na direcção, reunia por vezes centenas de antigos alunos, sempre no Hotel Roma, para o ritual do encontro, da amizade, da devoção, do reconhecimento. Era a sua família. Que vai continuar a lembrar o guia que partiu, mas deixou um legado. ✠

Recordando o Padre Joaquim de Aguiar

JOSÉ LUÍS SEIXAS*

Na madrugada do primeiro dia de Outubro, faleceu o Padre Joaquim António de Aguiar. Pela marca e obra que deixou a sua morte não merecia o silêncio, nem a sua memória tão repentino esquecimento.

Comemoraria 90 anos, a 3 de Janeiro próximo. Natural do concelho de Penedono, professou a vida religiosa na Congregação dos Missionários Filhos do Imaculado Coração de Maria (Missionários Claretianos). Foi, sobretudo, um homem de cultura, portador de uma visão que não se confinava nos estreitos limites do presente.

De uma determinação coriácea, animada por uma vontade inquebrantável, conseguiu – com muitos dissabores e alguma incompreensão – fundar, em meados do século passado, o primeiro Colégio Universitário em Lisboa, como resposta às necessidades das famílias da província e do então Ultramar e cujos filhos demandavam a Universidade e careciam de estruturas de apoio logístico e de enquadramento pedagógico e humano.

Assim nasceu o Colégio Universitário Pio XII, em terrenos confinantes com a Cidade Universitária. Foi bem mais do que a sua obra maior. Foi, sobretudo, a devoção da sua vida inteira. Concebeu-o e criou-o sonhando um país mais desenvolvido, mais culto e, consequentemente, mais livre. Quis incutir em cada aluno este espírito e esta ambição. Para tanto, dotou o Colégio de uma vida cultural fervilhante, convertendo-o num espaço de discussão e debate para onde concorreram todos os grandes intelectuais do tempo.

Com uma notável percepção do Mundo e do futuro, conseguiu proporcionar aos alunos – em plena década de 60 – o acompanhamento do movimento europeu que emergia como a grande esperança de paz na Europa do pós-guerra. Para tanto, promoveu os Encontros Europeus de Universitários, que perduraram durante anos, difundindo as bases estruturais do pensamento europeu que substantiva a Europa que hoje somos.

O Padre Aguiar dirigiu o “Pio XII” (como era conhecido pela comunidade académica) com uma autoridade indiscutida, fundada na liberdade responsabilizadora de cada aluno. Concomitantemente com esta sua missão, fundou muitas outras instituições, animou movimentos de leigos, criou associações, promoveu academias, organizou, realizou e agiu num ritmo ciclópico, impelido por uma energia interior de uma fecundidade verdadeiramente ímpar.

Discreta e serenamente, cruzou-se com a História em momentos decisivos com a inquietude que o mobilizava para a intervenção cívica. Não aceitava a passividade e não gostava do protagonismo. Tinha uma relação quase que sobranceira com o Poder, traduzida pela distância e pela independência. Não pedia, exigia; não suplicava, reclamava; não vacilava, ia em frente. O porte hirto de uma certa fidalguia provinciana transparecia na sua forma de encarar os poderosos, expressa por uma voz grave e decidida, adornada pelo sotaque característico que nunca chegou a perder. Talvez por isso, e também pela sua coragem e determinação, o Colégio ultrapassou todas as fases conturbadas das vidas nacional e académica sem crises, nem agitações, nem perseguições de qualquer espécie.

Sói dizer-se, em circunstâncias semelhantes, que Portugal fica mais pobre. No caso do Padre Aguiar o que verdadeiramente releva é o que Portugal ganhou com a sua vida. †

*ADVOCADO E ANTIGO ALUNO DO COLÉGIO UNIVERSITÁRIO PIO XII. ARTIGO PUBLICADO NO “JORNAL DE NOTÍCIAS”, DE 24 DE OUTUBRO DE 2004.



D.R.

O regresso de Gilberto Freyre *

ADRIANO MOREIRA

Quando, em 1987, no Instituto Joaquim Nabuco, me pronunciei sobre a obra de Gilberto Freyre, adoptei como tema principal a sua intervenção como teórico da sociedade civil.

Procurei então partir da relação clássica entre o poder político e a população que lhe estava subordinada, sendo esta tratada por aquele como se fosse a *cera mole* que deveria moldar-se pelos modelos impostos autoritariamente.

Todavia, se o lusotropicalismo foi uma racionalização científica da intervenção portuguesa, guiada pelo Estado, nas áreas coloniais de vários continentes, um dos aspectos que avultam nessa teorização é o de a população, submetida à mesma soberania, mas de origens étnicas e culturais diferenciadas, ter evoluído para modelos comunitários, onde os povos estão ligados contratualmente, isto é, pelo consentimento gradualmente institucionalizado.

É fascinante essa evolução que nas sedes das soberanias colonizadoras levou séculos a despertar o povo para alcançar a liberdade de por sua vez organizar ele o poder político, submetendo-o à escolha, à legitimação, à crítica, ao derrube. Nos modelos políticos constitucionalizados a sociedade civil apareceu revestida da dignidade de eleitorado, e pelos territórios que foram colônias do euromundo a primeira fala, em nome próprio, foi para proclamar a independência.

Nestes últimos casos, as sociedades civis, como então sublinhei, foram “nascidas da mistura ocasional e caótica, designadamente causada pelas emigrações forçadas da mão-de-obra colhida a esmo por todas as costas, forçadas a viver num espaço não escolhido, amassadas com etnias aborígenes sem estruturas de recepção desta nova invasão, submetidos todos a um condicionamento político que não sabiam definir e a um regime de trabalho de que não haviam experiência”.

Gente tão variada, e tão forçada por condicionamentos que mal conseguia racionalizar, tinha a vida comum e a subsistência como desafios principais ao limite da sua compreensão e necessidade, tentando a proeza de continuar viva, de articular o convívio com o próximo, de comer, de amar, de alcançar definir uma expressão talvez clandestina de autonomia e de liberdade, incluindo a compreensão do regime de autoridade a que se descobria submetida, e que finalmente condicionava todos os trajectos de vida.

Milhares de homens, cujo nome não ficou registado nas crónicas, estão perpetuados nessa construção que foi a sociedade multiracial, sincrética e viável, nos trópicos onde se perpetuaram pelas misturas físicas e culturais, e pelas interdependências sociais reinventadas.

A relação do poder político com este cadinho de novas emergências sociais foi objecto da meditação de militares, de políticos, de teólogos-juristas, nem sempre ocupados apenas com a estratégia do Estado em movimento de expansão, e sempre condicionando a possível espontaneidade dessa massa humana cortada das origens ou das raízes, grande parte limitada a restos de memórias de um passado que

»

não poderiam revisitar, e obrigada a reinventar uma nova defesa contra as agressões da natureza e do poder, a organizar o caos que ficava para além da programação imperativa da estrutura de submissão.

Foi esta realidade nova, que não estava programada nos arquivos de Sagres, que não foi prevista pelos tecnocratas da expansão, e que escapava ao normativismo da ética cristã e do direito soberano, que o olhar treinado do sábio Gilberto identificou, analisou, conceptualizou, e localizou no espaço de acção portuguesa como teatro principal, certamente não único, desse encontro de homens e mulheres.

Para isso criou um método, o dos conceitos abertos, que por isso mesmo exigiu uma capacidade excepcional de mobilizar os recursos da língua para exprimir a novidade que a percepção acumulada é chamada a guardar, com a resistência habitual; e por isso também o recurso à arte do desenho, de organizar as cores, de suspender o movimento, seccionando-o mentalmente e sabendo que nenhum conceito operacional o retém. Foi assim que, mais do que qualquer outro observador desta realidade, sobretudo tropical, entendeu que *quase* ou *talvez* é a expressão mais vigorosa daquilo que é possível surpreender: talvez poesia, talvez política, talvez novela.

Não há possibilidade de separar o método gilbertiano da relação da personalidade do investigador com o objecto, e nesta é a amorosidade que se destaca, que, como escrevi, é não discriminadora de etnias ou de culturas, virada para a descoberta, identificação e análise do património comum da Humanidade, teorizando as emergências, abandonando a linha da angústia futuristicamente revolucionária a favor da linha da salvação laica de que falava Raymond Aron.

A Casa Grande e *Senzala* foi o ponto de partida para uma visão sucessivamente alargada do objecto de estudo: primeiro a identificação do mundo que o português criou, um fenómeno transcontinental; depois, o alargamento da perspectiva que definiu o lusotropicalismo, para o ibero-tropicalismo, a caminho do euro-tropicalismo, estes últimos apontados aos continuadores. E sobretudo uma antecipação luminosa das inquietações a que a UNESCO, na sua tarefa de ordenar as perspectivas mundializantes, deu expressão com o inquê-

rito sobre os *mitos raciais* que desenvolveu em meados do século passado. A linha da angústia, que espera das revoluções a solução dos antagonismos, e que se tornou dominante no período da descolonização que decorreu quando a Ordem dos Pactos Militares (NATO-PACTO DE VARSÓVIA), ideológica por definição, substituiu a ordem anunciada pela Carta da ONU, subalternizou a doutrina gilbertiana. Tratou-a como ideologia de justificação dos modelos coloniais, das doutrinas políticas do desenvolvimento separado, do apartheid, da escravatura, do transporte das populações negras da África para outros continentes, especialmente a América.

Tal crítica desviou os olhos da realidade, como se Gilberto ignorasse o passivo da história, e parecendo ignorar ela as emergências, como se a combinação do activo e do passivo não tivesse produzido a sementeira de soberanias do norte ao sul do continente americano, como se o Brasil não fosse uma dessas notáveis emergências.

Mas a soma de desastres que a angústia revolucionária multiplicou em todas as áreas da linha dos 3 AA (Ásia, África, América Latina) de novo fez regressar as atenções para a obra gilbertiana. Quando Fernando Cardoso declarou o ano 2000 como o ano de Gilberto, também fez ouvir uma revisão da sua crítica científica; quando Darcy Ribeiro, nas memórias, conclui que assim como a Itália seria outra sem Dante, e Portugal seria outro sem Camões, também o Brasil seria outro sem Gilberto, não apenas reviu a sua linha crítica científica, também reavaliou a intervenção cívica em que se mostrara activo e sacrificado.

Finalmente, quando o império português se dissolveu com o ponto final que lhe foi colocado pela Revolução de 1974, o reencontro do mundo que o português criou encontrou forma na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), pregada por revolucionários daquela intervenção, dinamizada por um brasileiro, o Embaixador Aparecido de Oliveira, concretizada com a invocação da linha gilbertiana e a referência à relação privilegiada de Portugal com o Brasil desde que, em 1825, este se tornou independente, uma independência que o presidente António José de Almeida veio agradecer.

»»

Talvez possa dizer-se que, sem expressamente o ter escrito, Gilberto antecipou o reconhecimento do fenómeno agora em progresso, que se traduz no facto de a territorialização do poder político ser ultrapassada pela desterritorialização da sociedade civil, transfronteiriça, transnacional, também ela com manifestações evidentes de um passivo preocupante.

Este regresso a Gilberto verifica-se numa data em que o globalismo, especialmente racionalizado em função da economia de mercado dominado pelos EUA, faz recordar escritos de Vianna Moog sobre o perfil da intervenção anglo-saxónica no norte do continente americano, e clássicas análises comparativas que atendem à história da construção da América Latina por espanhóis e portugueses.

Agora é um escritor americano, Samuel P. Huntington, que se especializa na metodologia do alarme conducente à organização de uma política de segurança mais anglo-saxónica do que ocidental, perante a emergência ou avanço que afirma preocupantes de outras culturas e etnias.

O seu primeiro aviso constou de um artigo publicado em 1997 na *Foreign Affairs*, intitulado *The clash of civilisation*, no qual concluía que a polemologia do século XXI seria caracterizada pelo confronto armado de várias áreas culturais diferenciadas pelo modelo de convicção e prática religiosas.

Porque a procura dos dividendos da paz foi por então fortalecida pela queda do Muro de Berlim, pelo desaparecimento da ordem dos Pactos Militares, e pela esperançosa democratização da Rússia em marcha para a dissolução do império, teve fundamento a esperança de que a tese fosse uma hipótese académica a desmentir pelos factos, esperança que a desastrosa intervenção no Iraque foi enfraquecendo.

Ao mesmo tempo que este conflito fortalece o apelo a valores religiosos das várias orientações islâmicas para controlar a intervenção americana identificada como a grande ameaça dos movimentos chamados dos cruzados, Samuel P. Huntington, agora em *The Hispanic Challenge* (*Foreign Police*, Abril, 2004), e num anunciado livro chamado

Who are we (2004) ocupa-se da retaguarda da intervenção americana, que é como sempre a sociedade civil.

Trata-se agora de advertir contra o avanço dos hispânicos que estarão, segundo alerta, a levar o conflito das civilizações ao coração dos EUA, ameaçando a integridade da língua, e dos valores anglo-saxónicos.

De facto, segundo entende, agredindo o sonho americano. Isto porque este sonho é o da imigração que atravessou o Atlântico para organizar uma sociedade de padrão etnicamente branco, predominantemente anglo-saxão, e protestante.

Nesta data, seria principalmente a emigração mexicana, que anualmente atravessa o Rio Grande, a que mais claramente lhe representa o perigo, pela proximidade, pelo volume, pela clandestinidade, pela solidariedade grupal, pela raiz histórica.

Existe um erro de visão inicial que se traduz em supor que este fenómeno da atracção de uma economia rica é um exclusivo dinamizador desta mudança da composição da população americana, porque o globalismo económico tem, entre os defeitos das suas proclamadas virtudes, o efeito de dismantelar as economias do sul do mundo, e a consequência de as migrações estarem igualmente a modificar radicalmente o panorama étnico e cultural europeu, sendo que aqui a leitura indicada será o primeiro ensaio de Huntington, porque a Europa já abriga quinze milhões de muçulmanos. As sociedades que se pretendem convergentes para o modelo nacional, persistindo séculos nessa direcção escassamente recompensada, são hoje confrontadas com avultadas perdas demográficas, e inclinadas a considerar tais migrações como estruturais e indispensáveis para assegurar o normal funcionamento da economia e equilíbrio financeiro dos aparelhos estaduais.

Mas talvez seja apressado considerar uma novidade o pluralismo cultural e étnico dos EUA, esquecendo conceitos, recordados pelo crítico Carlos Fuentes, como os que garantiam que “*um bom índio é um índio morto*”, “*um bom negro é um escravo negro*”, os que sublinham o “*perigo amarelo*” desde longe apontado pelo Kaiser da Alemanha.

Esta campanha contra o multiculturalismo da sociedade americana,



anunciado como uma agressão paralela, no tempo, ao terrorismo que atingiu os EUA no íntimo do seu território, da sua sociedade, e da sua arrogância, encontra, talvez sem intenção, a realidade secular do país.

A limpeza étnica que sobretudo atingiu os donos da terra, que eram os índios, tão dramaticamente representados pela gesta dos Iroqueses, a longa discriminação dos negros sublinhada pela guerra civil que foi o doloroso episódio que permitiu a transição para o modelo federal, a secundarização dos hispânicos separados violentamente do seu México ibérico, tudo existia já quando o *american dream* foi proclamado como ideário da sociedade anglo-protestante. Colunistas políticos como os citados Katarina Burgess e Abraham Lawenthal, quando apuram (1993) que "as escolas de Los Angeles estão a ficar mexicanas", o que revelam é que também neste caso a quantidade muda a qualidade, agora a qualidade da evidência de que persiste uma identidade hispânica do território que abrange parte do Texas, do Novo México, do Arizona, da Califórnia, do Nevada, e do Utah, facto sobre a qual desceu uma penumbra política desde as guerras de 1835-1856 (Guerra da independência do Texas) e de 1846-1848 (Guerra Mexicano-Americana).

Talvez estas contradições históricas e culturais apontem para a necessidade de meditar no modelo Quebec, com a diferença de que este está longe e talvez esquecido pela França, mas afloram projectos mais inovadores e inquietantes para a ordem mundial.

Tivemos durante séculos um problema que se traduziu na identidade do povo judeu, unido pelo *Velho Testamento* e pela vontade do regresso à terra do Templo, o que foi conseguido depois da guerra de 1939-1945, sem que a paz tenha regressado a Israel.

Mas as circunstâncias, sem precedentes, do globalismo que obriga a redefinir a teoria das fronteiras da livre circulação de pessoas que conduz ao crescimento das cidades cosmopolitas no centro europeu do viveiro das nações, e ao aparecimento dos *grandes espaços* que visam suprir as insuficiências do *Estado soberano* renascentista, também estão a provocar o aparecimento de propostas

de *Estados sem território*, uma novidade toda carregada de futuro inquietante porque não tem passado histórico de referência.

É o caso do *terrorismo global*, desenvolvido e levado aos extremos pela Jihad Global de Bin Laden, que Maria do Céu Pinto interpretou como tendo em vista um Estado islâmico não-territorial, abrangente das comunidades migrantes instaladas em territórios de infieis aos quais deve ser imposto o Corão. Trata-se de uma versão armada de um conceito pacífico dos cristãos, o conceito de *povo de Deus* transfronteiriço, transnacional, e seguidor do Pastor que é Bispo de Roma, versão que doutrina uma nova sociedade civil, sem ligação aos poderes políticos territoriais que a dividem, exigindo fidelidades sem partilhas.

Trata-se de um desafio que ganha importância à medida que crescem as comunidades muçulmanas residentes na União Europeia, atraídas pelo mercado concorrencial dos liberais, mas não protegidas eficazmente pelos direitos proclamados pelos humanistas.

Deste modelo de Estado desterritorializado já se encontram referências no projecto de enquadramento dos ciganos, um grupo de cuja resistência à integração e assimilação deram testemunho as *Ordenações* do Reino de Portugal até à publicação do Código Civil do Visconde de Seabra. Também agora, quando o alargamento da União Europeia se acentua, circula entre os milhões de ciganos espalhados pela Europa o projecto do *Estado sem território*, que é seguramente uma afirmação do repúdio ou da impossibilidade de viabilizar sociedades multiculturais integradas por um modelo político consentido que sirva os seus interesses comuns.

Este quadro inquietante torna-se mais sombrio quando acrescentamos os desastres étnico-culturais da dissolução da Jugoslávia, os genocídios de Timor, do Sudão, do Ruanda, a impossibilidade de reunir Chipre, a perenidade de terrorismos como são os conflitos da ETA ou da Irlanda do Norte.

Uma coisa é a capacidade de manter a submissão política de minorias excluídas do acesso à titularidade dos aparelhos de governação, impedindo o uso da sua voz própria e tirando-lhe a visibilidade;

»»

outra é reconhecer subitamente a natureza cosmopolita da população e considerar uma ameaça étnico-cultural o fenómeno da libertação que conduz à luta pelo poder, e eventualmente à sua captura e exercício.

Este parece ser o caso dos EUA, onde a língua espanhola foi usada atrevidamente na sede do seu poder legislativo federal, e negros tomam assento nas mais altas instâncias do poder executivo. É do poder que se trata, e da questão de saber se o processo vai decorrer com respeito pelos valores democráticos que são a trave mestra constitucional, ou se a luta pode agravar-se e até mudar de registro.

A reunião, na Assembleia da República de Portugal, em 26 de Abril de 2004, dos presidentes das assembleias parlamentares de todos os Estados da CPLP, ficará como referência importante do processo de redefinição do tecido conjuntivo dos países de língua oficial portuguesa, e não pode recusar-se que o pensamento gilbertiano está presente.

Há uma história secular de relacionamento, tendo Lisboa como centro de referência, mas a estrutura da ordem mundial, nesse tempo longo, repetidas vezes mudou de perfil, nem sempre acontecendo que essa alteração tenha sido acompanhada pelo entendimento de que não estava aqui o centro de referência. Mas foi todavia permanente uma corrente de pensamento inquieta com o objectivo de se manter como participante no processo global.

Talvez a primeira exigência que o realismo aconselha a não ignorar, seja a de tentar organizar uma percepção do que mudou, com peso na ordem mundial circundante, desde o 25 de Abril de 1974, mudança que não pode deixar de projectar-se nesta busca de definição consistente para o agrupamento institucional dos Estados ali representados.

A sabedoria não esqueceu, nesta antiga sede metropolitana, a natureza exógena de Portugal, sempre necessitado de um apoio externo, e desta vez, rompendo com gerações de outra prudência, assumindo que a adesão à Europa era a escolha sem outra escolha, encontrando-se assim com a Espanha, pela primeira vez na história,

em várias organizações supranacionais: ONU, NATO, União Europeia.

A frente diplomática entrou em redefinição, a problemática peninsular teve de ser repensada, a evolução da soberania clássica para uma soberania de cooperação ou de serviço foi assumida no espaço europeu, e o regresso aos trópicos reassumido agora numa perspectiva de solidariedade contratualizada, com expressão institucional da CPLP - Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa.

No plano europeu o tema desafiante tem sido o de estar presente nos centros de decisão, para tomar parte nas decisões e não ser apenas objecto delas. Em todo o caso, o realismo obriga a encarar com atenção e sentido de responsabilidade o inevitável processo de hierarquização das potências, tentando preservar a igual dignidade dos países membros, e travar a eventual deriva dos pequenos para Estados exíguos, isto é, sem capacidade para acompanhar o ritmo avançado das cooperações reforçadas, nem para evitar transferências de competências para além da subsidiariedade razoável.

Designadamente para manter assim aberta uma janela de oportunidade, ligada à história e ao futuro, que é a autonomia de gestão das relações contratualizadas com os países de língua oficial portuguesa, tendo como referência a relação com o Brasil, sempre privilegiada a partir do Tratado de 1825 que lhe reconheceu oficialmente a independência.

Se os factos da mundialização das interdependências encaminharam Portugal para a adesão à União Europeia, inovando uma tradição diplomática secular, também os factos das independências dinamizadas pelo modelo liberal do século XIX, sobretudo limitado ao continente americano, ou pelo modelo do século XX orientado pela Carta da ONU, e ambos os casos envolvendo com frequência o recurso às armas, convergiram no aparecimento de grandes espaços intermediários entre o Estado e a globalização.

Até as sociedades com dimensão continental, cujos projectos alastraram antes de a globalização se autonomizar como variável dominante, foram elas mesmas atraídas por essa realidade



superveniente: o Brasil e os Estados Hispânicos convergem no Mercosul; a francofonia, a Comunidade Britânica, a lusofonia, o panarabismo, desenvolveram linhas diferenciadas na unidade do continente africano; o Corão apela à identidade de um cordão muçulmano que, de Gibraltar à Indonésia, divide o norte do sul do mundo. A tarefa de harmonizar tão diferenciadas e múltiplas filiações, umas baseadas na experiência e na história, outras induzidas pelas leituras do futuro premente, é certamente uma das mais desafiantes para os governos que todos exercitam uma soberania em crise, e dos quais se espera uma criatividade que sirva a paz como envolvente forte da mudança.

É inquietante que este quadro exigente de conciliações a definir entre uma quadrícula de agrupamentos políticos orientados por interesses legítimos, forçados à convergência pela globalização derivada das revoluções científica, técnica, e dos mercados, numa circunstância em que todas as áreas culturais falam pela primeira vez com voz própria na cena internacional, seja confrontado com o anúncio de uma polemologia dominada pelo confronto armado das várias civilizações, marcadas pelas diferenças religiosas.

O primeiro editor desta ameaçadora prospectiva, o professor Samuel Huntington que fala no ambiente da superpotência sobran-te que são os EUA (1997), como vimos reforçou o alarme ao prever recentemente que os latino-americanos ameaçam a língua e os valores da minoria anglo-protestante: tratar-se-ia dos mexicanos no sul da Califórnia, dos cubanos em Miami, dos dominicanos em Nova York, uma erosão que acompanhará, prevê, a “interação entre a arrogância ocidental, a intolerância islâmica, e a opressão chinesa”, tese do seu anunciado livro - *Who are We* (2004).

A tradição americana de conseguir integrar e assimilar a pluralidade étnico-cultural dos imigrantes sente-se deste modo ameaçada por anúncios como o feito por Carlos Fuentes, no sentido de que o “monolinguismo não é uma doença incurável”, ou presunções como a de David Kennedy segundo o qual os mexicanos-americanos atingem “uma coerência e uma massa crítica suficientes

para, se o desejarem, preservar indefinitivamente a sua cultura”. Insistimos na oportunidade de continuar este debate, porque a paz do mundo certamente ganha com a refutação das teses da inevitabilidade dos conflitos étnico-culturais, um tema a que a Revista mexicana *Letras Libres* (Abril-2004) dedicou um importante número, afirmando que a tese catastrófica do conflito de civilizações “assenta numa ideia de força que não podemos aceitar enquanto sociedade democrática”, e que “a cultura e o progresso são filhos da mistura”, apoiando-se em nomes como os de Enrique Krauze e Stephen Schwartz. Devemos demonstrar, com a experiência que está a ser vivida no campo das migrações, que a CPLP é um baluarte contra o catastrofismo que referimos.

Uma longa teoria de pensadores e intervenientes políticos da área lusófona, sem ignorar os utópicos do V Império que vão do Padre António Vieira a Agostinho da Silva, apoiaram de longe estas perspectivas que inquietam meios anglo-saxónicos da superpotência sobrance, e tem interesse lembrar estas correntes para tornar evidente a capacidade que a CPLP revela de construir um projecto assente na lúcida compreensão de que princípios e valores culturais asseguram as solidariedades de longo prazo, para além das diferenciações de leituras das conjunturas, dos conflitos de interesses datados, da própria subida aos extremos do recurso às armas: só assim é possível ver nascer e compreender o nascimento de uma União Europeia para além de duas guerras mundiais, ou uma solidariedade franco-alemã para além de desastres repetidos.

As solidariedades horizontais são um elemento que fortalece o tecido da globalização das dependências, que contribui para uma articulação entre a linha da territorialização dos poderes políticos e a linha da mundialização da sociedade civil organizada em rede: textos de Amílcar Cabral, de Eduardo Mondlane, de Xanana Gusmão, testemunham que esta preocupação lhes foi comum nas distâncias geográficas em que agiam. Gilberto certamente estaria mergulhado no atento estudo desta evolução. Mas os que estudam a evolução, não podem deixar de invocar Gilberto.



Uma atitude fundada na percepção do longo prazo dos princípios para além do curto prazo das conjunturas. É evidente que a inevitabilidade de cada um dos Estados ali reunidos tem de considerar a ligação a grandes espaços diferenciados, e conjunturalmente espaços com interesses que podem ser contraditórios, torna mais complexa a tarefa diplomática de apoio à solidariedade, mas também mais estimulante o exercício.

Como foi recentemente recordado por Xanana Gusmão, Presidente do mais jovem dos Estados da CPLP, o milagre da língua traz uma iluminação irrecusável ao conjunto, a intensa cooperação nas áreas da cultura, da ciência e da tecnologia é um corolário evidente.

Mas as áreas onde a debilidade de recursos aponta para colaborações mais concorrenciadas pelos projectos de economias e poderes dominantes, não fundamentam desânimo ou displicências em relação ao projecto da CPLP, o único que está na linha da reconciliação de todos com a história nem sempre justa, com o presente nem sempre fácil, com o futuro exigente de ambições libertadoras das condicionantes que oprimem a marcha do desenvolvimento sustentado.

Este imperativo libertador, que o PNUD cada ano proclama, tem nas sedes internacionais, na ONU, nas suas Organizações Especializadas como a UNESCO, a FAO, a OMS, o BIT, o lugar de encontro de todos com todos, dos que cooperam com os que são dissidentes, dos pacíficos com os tempestuosos.

A curta experiência já mostrou que a convergência dos países culturalmente solidários, prestando uma solidária homenagem a iguais valores da paz e do desenvolvimento, tornaram mais forte e mais escutada a voz com que afirmam a presença na ordem internacional em mudança.

Deste modo ganhando crédito e apoio, que complementam os recursos sem dúvida escassos, e a vontade forte com que decidem solidarizar-se para ajudarem a ultrapassar a crise da ordem mundial que debilita a paz. ✚

* CONFERÊNCIA PROFERIDA NA FUNDAÇÃO GILBERTO FREYRE, NO RECIFE, BRASIL, EM 21 DE MAIO DE 2004.



Política Internacional: Regular o global.

Nações Unidas: A reforma e a crise iraquiana

ANTÓNIO MONTEIRO*

1. A CENTRALIDADE DA ONU

Quem analisa ou participou nos trabalhos das Nações Unidas não põe em dúvida que são valores como o conhecimento, o diálogo, a tolerância e a cooperação que estão na base dos esforços daquela Organização em prol da paz, do desenvolvimento e do progresso universal. Todos esses valores ganharam nova luz com a queda do Muro de Berlim e o fim da Guerra-Fria. Liberta das paralisias impostas pelo confronto entre os dois blocos, as Nações Unidas pareceram poder abandonar uma fase mais estática na prossecução dos seus objectivos, lançando-se na dinâmica de um novo tipo de relacionamento internacional. Teria, finalmente, chegado a hora de uma Nova Ordem Internacional, de que a Organização constituiria o motor? Houve um momento em que tal pareceu



possível. Para isso, o sistema teria de ser revisto e não foi difícil gerar-se um consenso sobre a necessidade de reformas das Nações Unidas, em geral, e do Conselho de Segurança, em particular.

Em pouco tempo, impôs-se contudo o mundo real. A falência de respostas a crises imediatas como a da Bósnia e a do Ruanda - em relação às quais o próprio Kofi Annan praticou um acto de contrição - trouxeram à tona o que, no fundo, se temia: o fim da competição ideológica, por si só não significava que fosse possível prevenir conflitos, pôr termo a guerras civis ou desanuviar tensões entre Estados. A seguir, a crise económica asiática abalou, a partir de 1997, a crença no valor do processo revolucionário da globalização económica baseada no neo-liberalismo dominante, agravada sucessivamente pela amplitude dos protestos anti-mundialistas e pelo recente fracasso da reunião da Organização Mundial de Comércio em Cancun. Quando Kofi Annan iniciou o seu primeiro mandato, vivia-se já numa fase de desencanto ou desapontamento generalizado em relação ao papel das Nações Unidas. A própria forma como o seu antecessor no cargo, Boutros-Ghali, fora impedido de exercer um segundo mandato, era tida como um sintoma de fraqueza da Organização. Nada pudera opor-se à vontade da única superpotência no mundo - os Estados Unidos. Acrescia ainda que Washington questionava as suas contribuições para a ONU, recusando o pagamento de algumas e diminuindo a capacidade do Conselho de Segurança para assegurar os meios adequados ao cumprimento dos mandatos das operações de paz que decidia ou deveria decidir.

Nada disso intimidou o novo Secretário-Geral. Em poucos meses, apresentou e promoveu as reformas da Organização que cabiam nos limites da sua competência. A rapidez com que o fez constituiu um desafio à capacidade dos Estados membros fazerem o mesmo na esfera de competência partilhada ou na que incumbe apenas à área inter-governamental. Esse desafio encontrou e encontra ainda, em grande medida, uma resposta adiada. Confrontado com o impasse da reforma do Conselho de Segurança, Kofi Annan respondeu positivamente à solicitação dos Estados membros de apresentar propostas

de modernização e reforço das operações de paz das Nações Unidas. Fê-lo lembrando que a paz e a segurança constituem o domínio em que os povos confiam essencialmente nos Estados e nas Nações Unidas para os salvarem do "flagelo da guerra". Essa é a responsabilidade principal do Conselho de Segurança e, sobretudo, dos seus cinco membros permanentes.

Ao virar a página do milénio, foi ainda o Secretário-Geral quem inspirou o debate (pouco inspirado) da maior Assembleia de Chefes de Estado e de Governo jamais reunida na Terra. Ao apresentar o chamado "relatório do Milénio" nessa Assembleia, Kofi Annan anunciou modestamente que sugeria algumas pistas para fazer das Nações Unidas "um instrumento mais efectivo da melhoria de vida das pessoas comuns, em toda a parte". Na realidade, considero "We the peoples...", como o mais importante relatório elaborado nas Nações Unidas. Contém um sem número de propostas e recomendações úteis, cuja viabilidade continua em grande parte à espera de vontade de concretização. Essas propostas enquadram-se no contexto da globalização. Uma globalização que, na opinião do Secretário-Geral, "oferece grandes oportunidades, mas cujos benefícios, presentemente, são muito desigualmente distribuídos ao passo que os seus custos são suportados por todos". O principal desafio, em consequência, é o de procurar que a globalização seja uma força positiva universal, em vez de deixar milhões na miséria. Annan não põe em dúvida que essa "globalização inclusiva deve ser construída com base na grande força motriz do mercado. Mas as forças do mercado, por si só, não a conseguirão atingir. Ela requer um esforço mais alargado, com vista à constituição de um futuro partilhado, baseado na nossa humanidade comum, em toda a sua diversidade".

2. O CONTRIBUTO DE PORTUGAL

2.1. POSIÇÃO RECENTE

O nosso país tem tido uma contribuição activa para repensar a ONU. Na intervenção que efectuou na sede das Nações Unidas em



Nova Iorque, em 23 de Setembro passado, o Primeiro-Ministro afirmou que "Portugal, enquanto membro empenhado desta Organização, participa neste debate com um objectivo claro: reconhecer, como Kofi Annan, que as Nações Unidas são um instrumento indispensável; e sustentar que deveremos reexaminar as nossas práticas e instrumentos de acção. O imobilismo não é uma opção que esta Organização deva contemplar. Repensar as Nações Unidas significa, antes de mais, reafirmar e repensar a sua própria Carta. Manter a paz e a segurança internacionais continuará a ser o nosso objectivo supremo. Mas também integram a nossa visão das Nações Unidas uma reafirmação da nossa fé nos direitos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade entre homens e mulheres, e na igualdade entre nações. E ainda a determinação de promovermos em conjunto o progresso social e melhores condições de vida para os nossos povos. Estes objectivos não deveriam ser esquecidos quando a Organização enfrenta, de tempos a tempos, crises de confiança. O Secretário-Geral está certo quando nos encoraja a perseverar. Mas uma atitude mental positiva não basta. É também essencial não exigir da Organização mais do que aquilo que ela pode realmente dar em cada momento. De contrário, grandes expectativas conduzirão a grandes desilusões. Realismo e pragmatismo são necessários, sem nunca perdermos de vista os objectivos ambiciosos que esta Organização se propõe servir. É tempo de começarmos a olhar para as Nações Unidas como um reflexo daquilo que somos colectivamente, não como um bode expiatório conveniente para disfarçar, por vezes, a incapacidade que os Estados membros ainda revelam quando deveriam - e não conseguem - agir em conjunto".

Acrescentou, ainda: "Não basta às Nações Unidas afirmarem a sua relevância. É também indispensável que a Organização seja vista como relevante pelos Estados membros e que estes actuem em conformidade. A credibilidade desta Organização, ou mesmo de algum dos seus órgãos, não deve ser posta em causa, sob pena de se comprometer seriamente o seu funcionamento e eficácia. O Iraque é

certamente o caso que mais requer de todos nós, mas em particular dos membros do Conselho de Segurança, uma avaliação mais cuidadosa sobre a capacidade de acção desta Organização. É necessário um virar de página colectivo..."

Nessa mesma intervenção, Durão Barroso defendeu que "existe um caso sólido para advogarmos a criação de um mecanismo institucional, de uma nova Comissão, com mandato para seguir no dia-a-dia casos de prevenção de conflitos e de criação de condições de paz e desenvolvimento". Esta proposta concreta leva-me a recordar que a posição oficial portuguesa em matéria de reforma do Conselho de Segurança é, resumidamente, a seguinte: apoiamos o alargamento dos membros permanentes e dos eleitos, de forma a garantir uma mais justa distribuição geográfica e a reflectir mais adequadamente o actual equilíbrio de poderes no mundo (anunciámos, nominalmente, o apoio às candidaturas da Alemanha, Japão e Brasil e a concordância quanto a representantes da África e da Ásia como membros permanentes); e favorecemos a modificação dos métodos de trabalho do Conselho de Segurança com vista a reforçar a sua legitimidade, representatividade e autoridade, e a torná-lo mais acessível à totalidade dos membros da Organização.

2.2. A EXPERIÊNCIA PORTUGUESA COMO MEMBRO NÃO PERMANENTE DO CSNU

A proposta agora apresentada pelo Primeiro-Ministro Durão Barroso surge na continuidade de um trabalho desenvolvido, sobretudo, a partir da nossa presença no Conselho de Segurança no biénio de 1997-98. Enquanto Representante Permanente de Portugal junto das Nações Unidas de 1997 a 2001, senti sempre a necessidade de modificar a sua composição, reflectindo o aumento significativo de Estados membros da Organização, as alterações no equilíbrio de poderes no mundo e garantindo uma mais justa distribuição geográfica. As propostas de alargamento e reforma do Conselho de Segurança foram, no entanto, sucessivamente votadas ao fracasso,



gorada que foi a iniciativa inicial de incluir entre os "grandes" (leia-se permanentes, com ou sem direito de veto) dois dos maiores contribuintes da Organização das Nações Unidas, o Japão e a Alemanha. Atribui-se-lhes, contudo, uma espécie de "prémio de consolação": um estatuto informal de "semi-permanentes", como mostra o recente regresso de ambos ao Conselho de Segurança num tempo mínimo (respectivamente, quatro e seis anos depois de o terem deixado).

Também não se verificaram as necessárias modificações dos métodos de trabalho do Conselho de Segurança. Foi-se mesmo registando um claro declínio dos debates de orientação e das sessões abertas à participação dos não membros, ressaltando a imagem de um Conselho de Segurança virado para si próprio, reunindo à porta fechada em consultas informais. Na realidade, essas consultas traduzem-se em encontros formalizados, em que a maioria dos representantes dos países debita através de intervenções escritas a doutrina oficial dos respectivos Governos. Os recentes relatórios de actividades do Conselho de Segurança, reconhecendo que pouco mudou, urgem que se continue a promover medidas de abertura, actualizando e reformando os métodos de trabalho e as regras de funcionamento do Conselho. Estas últimas são a prova de que, por vezes, nada é tão definitivo como o temporário: o Conselho de Segurança continua a reger-se, desde que existe, por um regulamento provisório. Quem beneficia? Os membros "permanentes", que valorizam a continuidade da sua presença, contraposta às meras passagens de dois anos dos eleitos, apropriando-se da "memória" do Conselho e tirando da cartola, selectivamente segundo os seus interesses, antecedentes que só podem ser contestados por eles próprios. Esta cumplicidade alarga ainda mais o "monopólio" dos não eleitos, servindo sobretudo de escudo a tentativas de investida renovadora de qualquer recém-chegado.

Por isso procurámos, com outras delegações, quebrar o colete de forças imposto pela "tradição dos permanentes", por vezes com o conluio do Secretariado, sensível à força dos P-5. É óbvio que

nunca pusemos em causa a actividade do Secretariado, cujo papel procurámos valorizar como o de árbitro imparcial. Tivemos aliás um aliado no próprio Secretário-Geral, Kofi Annan, que acabou, logo no início do seu mandato, com o espartilho de um só interlocutor do Secretariado com o Conselho de Segurança (um Secretário-Geral adjunto), abrindo-o à audição dos responsáveis que, a vários níveis, dirigem, na sede ou no terreno, as acções decididas pelas Nações Unidas. Defendemos que as consultas informais deveriam sê-lo na realidade, visando fundamentalmente a busca de soluções de compromisso em diálogo franco, e reservando-se as formalidades para as reuniões do Conselho nas suas diferentes formulações (abertas à participação de outros membros ou só à sua assistência, ou reservadas aos quinze membros). Além disso, defendemos que o Conselho de Segurança poderia reunir, de facto, informalmente, explorando as vias abertas pela chamada "fórmula Arria". Utilizámos esta prerrogativa também logo na nossa primeira presidência do Conselho de Segurança, em Abril de 1997, logrando um novo formato para uma reunião dedicada aos Direitos Humanos, em que o Conselho ouviu fora dos seus locais habituais de trabalho o Presidente da Amnistia Internacional (Pierre Sané).

Em conexão com uma maior abertura do Conselho de Segurança a debates públicos (abertos ou fechados à participação de outros membros), insistimos na conveniência de se alargarem os assuntos da agenda do Conselho, incluindo nela questões temáticas ou de ordem geral com impacto na eficácia do trabalho realizado pelo Conselho. Tivemos nomeadamente em mente questões Humanitárias e as relativas aos Direitos Humanos, mas estiveram também em causa outras temáticas, como as sanções ou as causas dos conflitos. A reacção inicial foi negativa por parte de alguns parceiros. Recordo um colega britânico interrogando-se com ironia sobre "uma visão portuguesa" que não tinha em conta o facto de o Conselho de Segurança ser um órgão vocacionado para a acção e não um areópago destinado a seminários ou conferências dedicadas a generalidades... Acabámos por ter algum ganho de causa, ajudados então por

»

outros membros eleitos, nomeadamente a Suécia e a Coreia do Sul. A atitude voluntarista que tomámos em termos de abertura do Conselho de Segurança e de reforma dos seus métodos de trabalho permitiu ampliarmos o capital de simpatia junto da generalidade dos Estados membros das Nações Unidas, que continua a defender que o Conselho deve trabalhar de uma maneira mais democrática, sem perda de eficácia. No biénio de 1997-98, outras delegações dos membros não permanentes empenharam-se connosco na reflexão sobre estes pontos, tendo daí nascido uma iniciativa conjunta e um documento que foi apresentado com a assinatura dos dez eleitos no dia 22 de Dezembro de 1998, poucos dias antes da nossa saída do Conselho. Tratou-se de um "mínimo denominador comum", longe da proposta ambiciosa que inicialmente apresentámos, mas que marcou um passo em frente nesta matéria.

Questões temáticas, como a "protecção dos protectores" em crises humanitárias, ou os refugiados, foram também aceites pelo Conselho de Segurança. Curiosamente, a delegação permanente mais aberta neste ponto em 1997-98 (o que foi essencial para que vingasse) foi a norte-americana. Ela própria prosseguiu depois na via da flexibilidade dos temas, regras e formatos das reuniões do Conselho, levando avante uma reunião ministerial anual dedicada à situação em África e culminando com a realização em 2000, na sede da Organização, de uma reunião com Jesse Helms, seguida de uma ida do próprio Conselho a Washington, enquadradas na procura de uma solução para a crise financeira provocada pela decisão das autoridades norte-americanas de não pagarem as suas contribuições para as Nações Unidas.

3. 11 DE SETEMBRO: MUDANÇAS E CONTINUIDADES

Em "Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades...", Luís de Camões conclui que a mudança mais surpreendente é já nada mudar como era costume. Se a queda do Muro de Berlim antecipou o fim da bipolaridade e da Guerra-Fria, mudando a lógica de

funcionamento da política mundial, o que trouxe de novo o evento mais marcante dos dois últimos anos - o II de Setembro? A resposta reside talvez na consideração de algumas questões específicas: as relações euro-americanas e a competição pela influência global; a natureza e eficiência da NATO; a definição de autodefesa no deflagrar da guerra entre os Estados (com a inclusão da guerra preventiva nesta categoria, no relatório de segurança nacional americano de 2002); a força e relevância das organizações internacionais, sobretudo da ONU e dos acordos globais em questões de segurança.

Com a derrocada das "Twin Towers" desapareceu também o sentimento americano de invulnerabilidade, e o conseqüente impacto psicológico moldará de forma duradoura a visão que a população e os dirigentes norte-americanos têm do mundo. Mudou também a percepção do próprio terrorismo, pois a ficção tomou-se realidade, e ninguém estava preparado para o grau de destruição atingido (e repetido em Bali, Bombaim, Nairobi, Casablanca e Bagdad) e para o recurso aos meios utilizados. Estas duas mudanças parecem explicar uma terceira: o fim da tentação isolacionista de Washington. Tentação que, na realidade, foi sempre mais uma ameaça, nascida da arrogância, do que uma certeza. Recordo o que Kissinger diz a este respeito na sua obra *"Diplomacy. The new world order"*: "Torn between nostalgia for a pristine past and yearning for a perfect future, American thought has oscillated between isolationism and commitment (...) Both schools of thought - of America as beacon and of America as crusader - envision as normal a global international order based on democracy, free commerce, and international law. Since no such system has ever existed, its evocation often appears to other societies as utopian, if not naïve. Still, foreign skepticism never dimmed the idealism of Woodrow Wilson, Franklin Roosevelt, or Ronald Reagan, or indeed of all others 20th century American presidents. If anything, it has spurred America's faith that history can be overcome and that if the world truly wants peace, it needs to apply America's moral prescriptions" (*tradução não oficial: Entre a nostalgia de um passado longínquo e o desejo de um futuro perfeito, o pensamento americano tem oscilado*



entre o isolacionismo e o compromisso. Ambas as escolas de pensamento – da América como farol e da América como cruzado – consideram normal uma ordem internacional mundial baseada na democracia, no livre comércio e no direito internacional. Como nunca vigorou um sistema assim, a sua evocação é vista frequentemente por outras sociedades como utópica, se não ingênua. No entanto, o cepticismo estrangeiro nunca diminuiu o idealismo de Woodrow Wilson, Franklin Roosevelt ou Ronald Reagan, ou mesmo de todos os outros Presidentes americanos do século xx: Em qualquer caso, fortaleceu a fé americana de que a história pode ser ultrapassada e de que se o mundo verdadeiramente deseja a paz, precisa de aplicar os preceitos morais da América).

A única super ou hiper potência (como os franceses gostam de chamar) do planeta não pode desinteressar-se ou deixar correr, sem intervir, os negócios deste mundo. Pode, isso sim, acentuar o pendor para escolhas exclusivamente ditadas por interesses nacionais, ou optar por uma indefinição na busca ou manutenção de alianças estratégicas política e diplomáticas e até por um descomprometimento face a obrigações internacionais decorrentes do estatuto de quem foi o principal pilar do sistema multilateral que hoje conhecemos. Após o II de Setembro, a sensação de vulnerabilidade americana e a convicção de que teria de travar uma guerra de novo tipo, provavelmente dura, esquiva e prolongada, levaram a Administração Bush a apelar a uma coligação internacional antiterrorista tão vasta quanto possível, incluindo países árabes e outros do terceiro mundo. Não se tratou de um pedido de ajuda militar para "fazer a guerra", prontamente declarada. Visou apenas congregar apoios globais à guerra que os americanos se propuseram conduzir como o fizeram nos anos 40 no Pacífico. Paralelamente, Washington procurou também afastar a teoria do "choque das civilizações", forjando novas alianças. É certo que o fez um pouco "à la carte", procurando as que não reduziriam a sua capacidade de acção ou as que obrigariam apenas a um mínimo de concertação. Mas preocupou-se em melhorar a sua imagem pública. Esteve sempre presente a percepção de que o sucesso da política externa americana está ligado à sua capacidade de compreender, informar e influenciar as opiniões públicas no estrangeiro. Houve como que uma necessidade de responder

à interrogação "porque é que há no mundo quem nos odeie tanto?". As respostas encontradas até agora, no entanto, pouco têm ajudado a mostrar o "lado bom" da América, para o que muito contribuiu a evolução do cenário pós-guerra no Iraque.

Uma mudança assinalável ocorreu no campo político-diplomático. Diria, para resumir, que houve países que subiram de cotação ou, até, mudaram de estatuto. Dois casos exemplares: um mais próximo - o Reino Unido de Tony Blair -, outro mais longínquo - o Paquistão de Musharraf -, com um regime militar, inicialmente condenado, a granjear a simpatia internacional. Também no xadrez das organizações internacionais houve alterações de vulto. Não porque alguma delas tenha sido essencial ou até relevante no plano militar. É normal que na resposta a uma crise como a que ocorreu na sequência dos atentados, Washington privilegiasse as relações bilaterais. O recurso primordial ao relacionamento tradicional bilateral é aliás a regra quando as chamadas "grandes potências" enfrentam dificuldades de monta, sobretudo se implicarem uma acção militar. Apesar de ter, pela primeira vez, invocado o artigo 5º do Tratado de Washington em resposta aos ataques terroristas, a NATO sofreu da sua marginalização operacional. Obtido o apoio político, Washington não quis ficar, no plano militar, nem tática nem estrategicamente limitada pela necessidade de consultas ou discussões com os parceiros. Mas a NATO continua a ser tão relevante e importante como no passado para a segurança euro-atlântica. Estou inteiramente de acordo com o que o Primeiro-Ministro Durão Barroso afirmou recentemente na Conferência Internacional sobre "Portugal, a Europa e os Estados Unidos", e cito: "O modo como a Europa e os Estados Unidos olharem para a NATO será crucial para o desenvolvimento da relação transatlântica. A NATO não tem de ser reinventada. Isso já foi feito em Praga, através do seu alargamento e da sua adaptação para enfrentar o cenário de ameaças pós-II de Setembro. Novos membros, novas capacidades e novas e mais profundas parcerias - sobretudo aquela com a Rússia, decidida em *Pratica di Mare*, Roma - deveriam assegurar à NATO um papel vital

»

na manutenção da segurança no século XXI. Contudo, aceitar a centralidade da NATO significa também aceitar a ideia de que a Aliança Atlântica não poderá ser entendida como uma espécie de colete de forças para a Europa. Para ser relevante, nos planos político e militar, a Europa terá de se dotar de capacidades militares mais robustas. O pilar europeu da NATO terá de ser fortalecido. Uma dimensão europeia de segurança e defesa é pois desejável. A Europa não pode ser um elefante económico e um pigmeu militar. Mas estamos nós europeus dispostos a pagar mais pela nossa própria defesa? Julgamos que seria um grave erro que o processo de aprofundamento de uma cooperação europeia em matéria de defesa fosse concebido à revelia ou à custa da NATO ou contra a NATO (...)

(...) Constatamos também que ela (a NATO) tem sido capaz de projectar poder para além da sua esfera de actuação tradicional, utilizando fortes componentes de origem europeia. Assim sucede no Afeganistão, a primeira missão da NATO fora da área euro-atlântica e, de certo modo, também no Iraque. Recordo que o contingente polaco no Iraque beneficia do apoio da NATO, bem como de contribuições de outras nações aliadas. Talvez seja tempo de começarmos a pensar se a NATO não deverá vir a expandir o seu papel no Iraque, uma ideia já preconizada por muitos incluindo pelo presidente do Comité das Relações Externas do Senado americano, Richard Lugar. Para tanto há um passo prévio: a necessidade de um entendimento de fundo sobre a questão do Iraque no Conselho de Segurança das Nações Unidas, que parece estar em gestação e que eu vivamente apoio e desejo".

As Nações Unidas, tal como sublinhado pelo seu Secretário-Geral, não podem assumir um qualquer papel militar para o qual a Organização não está vocacionada nem dispõe de meios. Mesmo que se tenha posicionado como um possível garante de uma solução que permita a paz, logo que terminadas as guerras no Afeganistão e no Iraque, há que não perder de vista as suas limitações. A morosidade das operações de manutenção da paz obriga, cada vez mais, ao recurso inicial a uma força multinacional. É a seguir que o papel da ONU

pode ser determinante ou central. Mas para que essa centralidade seja efectiva, a Organização (e todo o sistema da ONU) não pode continuar a ser a mesma. Crescem as vozes que reclamam mudanças estruturais. O antigo Presidente Federal alemão, Richard von Weizsäcker, considera que: "Temos necessidade de dois novos Conselhos, dotados cada um dos mesmos poderes que o Conselho de Segurança: um Conselho Social e um Conselho Económico. O FMI, o Banco Mundial e a OMC não deveriam apenas prestar contas a essa nova estrutura da ONU, mas depender dela". Tanto o Presidente Jacques Chirac como o MNE Dominique de Villepin avançaram, entretanto, com a visão francesa do que poderia ser o reforço da ONU. Essa visão inclui:

a) Relativamente ao Conselho de Segurança. O alargamento a novos membros permanentes - o Presidente mencionou a Alemanha, o Japão, a Índia e o Brasil - e não-permanentes. E o reforço da sua autoridade, nomeadamente em matérias como a luta contra a proliferação de armas de destruição maciça. A França propõe uma reunião Cimeira do Conselho para fazer o balanço e definir um plano de acção nesse sentido, bem como a criação de um corpo permanente de inspectores à disposição do Conselho. Esta proposta seria complementar da iniciativa lançada pelos Estados Unidos, no sentido da adopção de uma resolução visando incriminar actividades favoráveis à proliferação e a reforçar controlo neste campo, bem como da sugestão britânica de criar um Comité do Conselho de Segurança encarregado da não-proliferação.

b) Relativamente ao direito de veto. A admissibilidade da sua limitação e eventual regulamentação. A título de exemplo, o Ministro francês avançou a possibilidade de ele não poder ser usado para impedir a autorização do uso da força quando estejam em causa violações maciças dos Direitos do Homem, desde que haja uma ampla maioria a seu favor.



c) Relativamente à Assembleia-Geral. As ideias francesas parecem não ir além de generalidades: voltar a dar-lhe um papel de instância internacional onde se elaboram, cito: "os consensos mundiais e os princípios e os programas de acção destinados a regular os grandes problemas do nosso tempo".

d) Relativamente ao Conselho Económico e Social (ECOSOC). Paris propõe a criação de uma nova instituição política, uma espécie de "Conselho de Segurança económico e social", tendo a seu cargo o impulso e a coordenação das instituições internacionais existentes. No domínio do ambiente, à semelhança da Organização Mundial do Comércio (OMC), a França advoga a transformação do programa das Nações Unidas para o Ambiente numa verdadeira organização internacional. Os Direitos Humanos merecem também um lugar de destaque no pensamento francês, que defende ser necessário voltar a dar credibilidade à Comissão dos Direitos Humanos, excluindo da sua composição os países que não os respeitem e dando força e execução às suas decisões.

Parece assim haver "ventos de mudança", embora longe ainda da nova ordem desejada. Basicamente não se alterou o modo unilateralista como a Administração Bush encara a condução da política externa. No Afeganistão e no Iraque, embora com "marcas" diversas, a liderança política e diplomática não foi deixada às Nações Unidas. Os americanos reservaram para si próprios a escolha pontual dos parceiros, a nível bilateral e multilateral, numa linha aliás tradicional. E poderá ser de outro modo, quando se é a única superpotência, sem rival? O Presidente Bush não fez marcha-atrás em nenhuma das suas prioridades e o actual estender de mão às Nações Unidas parece sobretudo justificar-se por razões internas. Já anteriormente, o projecto de defesa anti-míssil, apesar das dúvidas até técnicas que suscitou, interna e externamente, prosseguiu. A morte anunciada do Tratado ABM de 1972 ocorreu naturalmente, e os russos e outros oponentes tiveram de se contentar com promessas de negociação de uma nova arquitectura de segurança que

substituirá o velho equilíbrio herdado da Guerra-Fria. Mantém-se a recusa de ratificação do Tratado de Quioto sobre a redução das emissões de gases tóxicos e não há qualquer mudança de atitude face à abolição das minas anti-pessoais ou à criação do Tribunal Penal Internacional, bem pelo contrário. O próprio apoio a Israel, face ao agravamento da situação no Médio Oriente, não mudou na substância com as consequências conhecidas. Tudo isto tem motivado acusações de oportunismo ou de utilitarismo feitas à política externa americana.

4. O BRAÇO DE FERRO FRANCO-AMERICANO

Num recente artigo publicado no jornal *Le Figaro*, significativamente intitulado "La breche transatlantique. La passion démocratique américaine est-elle incompatible avec l'esprit européen?", Guy Sorman defende que os Estados Unidos e a Europa divergem, cada um na sua trajectória, sem perspectiva de convergência num horizonte previsível. Na sua opinião, esta divergência não pode ser reduzida às escolhas dos actuais dirigentes nem à sua personalidade ou aos respectivos esforços diplomáticos, quer estes contribuam para um maior apaziguamento, equilíbrio ou conflito. As diferenças entre o "antigo" e o "novo mundo" tornaram-se numa brecha, rasgada pelos atentados terroristas de 11 de Setembro. Mas a nova estratégia dos Estados Unidos - guerra preventiva e remodelação da carta do mundo - dá igualmente continuidade a uma tradição democrática essencial aos norte-americanos e distinta do "velho mundo". Sem pretender ser exaustivo, o autor isola dois aspectos que os europeus, na sua abordagem com os Estados Unidos, tendem a ignorar ou a subestimar: o medo e a paixão democrática. O sentimento de medo que quebra as barreiras da segurança interna e externa e justifica, assim, nesta nova estratégia, a realização dum ataque preventivo para erradicar os terroristas em qualquer parte do mundo. A paixão democrática que leva os americanos a acreditar que "qualquer sociedade, (...) desde que livre do tirano, tende

»

a organizar-se espontaneamente em sociedade civil". Ao inverso, a diplomacia francesa e europeia acreditam, de forma geral, que o despotismo garante a segurança dos povos e fomenta o desenvolvimento económico do país e, mesmo que assim não seja, e em nome do princípio da "sacrossanta estabilidade", permite a manutenção do *status quo*.

Na realidade, subjacente ao unilateralismo norte-americano, está uma visão pragmática do mundo onde a imposição da sua vontade e dos respectivos interesses nacionais leva à consequente subalternização do multilateralismo. Esta atitude rivaliza hoje com a posição defendida pela França, cujos dirigentes defendem a necessidade de haver múltiplos centros de decisão (Europa, China, Índia) que permitam regular os assuntos mundiais e contrabalançar os "exageros" dos EUA. Tal não implicaria nenhuma quebra na "amizade especial" entre a Europa e os EUA, mas implicaria a existência de uma aliança crítica e passível de geometrias variáveis. E é exactamente isto que irrita os americanos. Condoleezza Rice disse-o expressamente este ano. Numa conferência em Londres, condenou um sistema internacional de multipolaridade e, implicitamente do "multilateralismo eficaz" defendido pela Europa. Considerou esta visão ultrapassada, tratando-a como "a necessary evil that sustained the absence of war but did not promote the triumph of peace". Na sua opinião, no futuro, algo de diferente, sob liderança norte-americana, deve substituir aquela visão. Julgo interessante dar outra perspectiva a este respeito. Recordo de novo Kissinger e a sua visão da ordem mundial para o século XXI: "The international system of the 21 st century will be marked by a (...) contradiction: on the one hand, fragmentation; on the other, growing globalization. On the level of the relations among states, the new order will be more like the European state system, of the eighteenth and nineteenth centuries than the rigid patterns of the Cold War. It will contain at least six major powers - the U.S., Europe, China, Japan, Russia and probably India - as well as a multiplicity of medium sized and smaller countries. At the same time, international relations have become

truly global for the first time. Communications are instantaneous; the world economy operates on all continents simultaneously. A whole set of issues has surfaced that can only be dealt with on a worldwide basis, such as nuclear proliferation, the environment, the population explosion, and economic interdependence" (*tradução não oficial: O sistema internacional do século XXI será marcado por uma contradição: por um lado, uma fragmentação; por outro, uma globalização crescente. Quanto ao nível da relação entre Estados, a nova ordem será mais parecida com o sistema estatal europeu dos séculos XVIII e XIX do que com os padrões rígidos da Guerra Fria. Incluirá pelo menos seis grandes potências – os EUA, a Europa, a China, o Japão, a Rússia e provavelmente a Índia – assim como uma multiplicidade de países pequenos e de média dimensão. Ao mesmo tempo, as relações internacionais tornaram-se verdadeiramente globais pela primeira vez. As comunicações são instantâneas; a economia mundial funciona em todos os continentes simultaneamente. Emergiu um conjunto de matérias que só pode ser abordado numa base mundial, tal como a proliferação nuclear, o ambiente, a explosão demográfica e interdependência económica).*

Em entrevista concedida em Junho deste ano, o ex-MNE francês Hubert Védrine contrapôs de forma lúcida as perspectivas de Washington e Paris. Em relação aos EUA, diz que "L'administration Bush estime que les Etats-Unis n'ont plus besoin d'institutions fixes et organisées, que ce sont les missions qui déterminent les coalitions, au cas par cas, en fonction des besoins de l'Amérique. Je ne pense pas que cela changera à court terme, même avec un autre président. Pour les Etats-Unis désormais le multilatéralisme n'est qu'une option. Ils l'utilisent si c'est commode pour eux, sinon ils le contournent (...). L'expression «monde multipolaire» déplaît à l'équipe Bush parce qu'elle y voit une contestation de la prééminence américaine. Or elle ne veut ni adversaires ni pouvoir rival ou concurrent, donc pas d'autre pôle. Mais même un Empire, une «hyperpuissance» peut trouver intérêt à partager le fardeau. C'est sur le partage de la décision que se concentrera le désaccord" (*tradução não oficial: A Administração Bush considera que os Estados Unidos já não precisam de instituições fixas e organizadas e que são as missões que determinam as coligações, caso a caso, em função das necessidades da América. Não penso que tal mudará a curto prazo,*



mesmo com um outro Presidente. Daqui por diante, para os Estados Unidos o multilateralismo é apenas uma opção. Utilizam-no se lhes for cómodo, senão contornam-no. A expressão "mundo multipolar" desagrada à equipa Bush porque vê nela a contestação à superioridade norte-americana. Ora ela não quer nem adversários nem poder rival ou concorrente, logo nenhum outro pólo. Mas mesmo um Império, uma "superpotência" pode ter interesse em partilhar o fardo. É na partilha da decisão que se concentrará o desacordo). Quanto à visão francesa, afirma Hubért Védrine: «La France et Jacques Chirac prévoient un monde inéluctablement multipolaire et y sont favorables parce qu'ils ne veulent pas se résigner à un monde unipolaire (...) Un monde multipolaire n'est sans doute pas la panacée. Quels seraient les rapports entre ses pôles? Y aurait-il une guerre des pôles, une guerre froide des pôles, un remake du conflit Est-Ouest à deux contre trois, ou trois contre quatre? Ce débat mériterait d'être mené » (tradução não oficial: A França e Jacques Chirac antevêem um mundo inexoravelmente multipolar e são-lhes favorável porque não se querem resignar a um mundo unipolar. Um mundo multipolar não é, contudo, a panaceia. Quais seriam as relações entre os pólos? Haveria uma guerra de pólos, uma Guerra Fria dos pólos, uma nova versão do conflito Leste-Oeste de dois contra três, ou três contra quatro? Este debate merece ser levado a cabo). Na sua visão, uma nova arquitectura multilateral deveria assentar: a) na articulação entre um Conselho de Segurança alargado, mais representativo, mais legítimo, mais difícil de contornar; b) numa reforma da Carta das Nações Unidas e, designadamente, das condições de recurso à força para legitimar e enquadrar a ingerência; c) numa redefinição dos mandatos de tutelas ou protectorados; d) na definição das condições de cooperação entre a Organização Mundial de Comércio, uma Organização Internacional do Trabalho revigorada e uma Organização Mundial do Ambiente a criar; e e) numa reforma do Fundo Monetário Internacional. Desta maneira poder-se-ia combater factores de instabilidade existentes, como os relativos às desigualdades de riqueza, os problemas regionais não resolvidos (a começar pelo Médio Oriente), o reverso da medalha da mundialização que permite às máfias proliferar ou o antagonismo Islão-Occidente.

Talvez para moderar vozes críticas, como a de Condoleezza Rice atrás expressa, do programa da Presidência italiana da União Europeia constam os seguintes objectivos: "A Presidência italiana atribui prioridade fundamental ao restabelecimento de um clima de diálogo, de confiança e de plena colaboração entre as duas margens do Atlântico. É necessário restituir às relações entre a Europa e os Estados Unidos o clima que lhes é próprio, reforçando uma parceria que continua a constituir para a União Europeia uma relação estratégica fundamental. Para tal, a Presidência italiana tem intenção de valorizar os numerosos exemplos de colaboração positiva já existentes e alargá-los a outros sectores. Relativamente às incompreensões e às dificuldades conjunturais, tentaremos fazer prevalecer uma visão de fundo, baseada nos interesses comuns e nos valores partilhados, sem todavia esquecer a exigência de prevenir e manter sob controlo os recorrentes contenciosos comerciais e de superar as incompreensões e desavenças sobre temas específicos, surgidas antes mesmo do começo da questão iraquiana".

Entre a "visão messiânica" norte-americana ("a boa hegemonia, dos bons valores") e a "visão missionária" da França ("partilha, com outros actores, da condução dos negócios do mundo por forma a corrigir os excessos norte-americanos"), entre a visão unilateral e multipolar, julgo essencial ser mais razoável e ter uma visão evolutiva das realidades da comunidade internacional. Se às Nações Unidas cabe um papel central e de referência na globalização (até pelos princípios de universalidade, democracia, transparência e diálogo entre as civilizações que a sustentam), há uma exigência de reforma e de reforço da sua credibilidade e independência. Esta afirmação corresponde, em grande parte, à visão francesa, segundo a qual deverão ser desenvolvidas capacidades regionais, incluindo da União Europeia, com vista a disporem de instrumentos próprios. Mas vai também de encontro às inquietações norte-americanas, afastando o perigo da concorrência entre pólos antagonistas e o confronto que tal situação pode gerar, incluindo na corrida aos armamentos e na ruptura de equilíbrios que no passado conduziram



às 1^a e 2^a Guerras Mundiais. Deve ser uma solução na continuidade, que dê ainda resposta prática e efectiva a ameaças como o terrorismo e eventuais limitações à liberdade e segurança colectiva e individual.

5. CONCLUSÃO

O desafio que hoje enfrentamos consiste, exactamente, em ultrapassar as diferenças que existem entre estas duas visões. Tal só será possível através de uma alteração do sistema das Nações Unidas. O princípio claro é que a Organização deverá ser respeitada e estar ao serviço do bem comum, e não de interesses nacionais ou individuais.

Como tenho repetido publicamente, considero que as Nações Unidas em geral, incluindo o próprio Conselho de Segurança, responderam positivamente a muitos dos ideais que presidiram à sua instituição: o direito à vida (e a uma vida melhor), à liberdade, à autodeterminação e independência, ao acesso às riquezas e às transacções comerciais, em suma, a uma democratização da ordem mundial e mesmo a uma melhor segurança individual e colectiva. O que resta é, ainda, um longo caminho a percorrer para fazer face aos problemas que persistem: da pobreza crónica à intolerância, da disseminação de doenças à degradação ambiental, da proliferação das drogas aos tráficos ilícitos de armas, das violações de direitos básicos ao terrorismo internacional. Fazer face a esses e outros flagelos mundiais obriga-nos a elevar o projecto de cooperação multilateral a novos níveis. Por isso subscrevo a convicção de Kofi Annan de que as Nações Unidas, com a legitimidade e o alcance global de que gozam, estão numa posição única para ajudar os decisores mundiais a enfrentarem os desafios que se lhes deparam de uma forma abrangente e integrada. Desejo boa sorte ao Painel de alto nível, constituído de personalidades eminentes, proposto pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, que deverá apresentar no decurso da Assembleia-Geral do próximo ano os resultados do seu trabalho focalizados nas quatro tarefas seguintes: (i) analisar os actuais desafios

à paz e segurança; (ii) ver qual a contribuição que a acção colectiva pode dar ao enfrentar aqueles desafios; (iii) rever o funcionamento dos órgãos principais das Nações Unidas e o relacionamento entre eles; e (iv) recomendar formas de reforçar as Nações Unidas, através da reforma das suas instituições e dos seus procedimentos.

P.S. Uma última palavra sobre Sérgio Vieira de Mello e o atentado que o vitimou em Bagdad. Diplomata experiente, homem afável e aberto, lutador incansável pelos direitos humanos e pela paz, foi vítima das fragilidades das Nações Unidas e do predomínio do ódio sobre a razão. Volto a recordar que a protecção do pessoal da Organização, incluindo os funcionários internacionais e os contratados locais, foi um dos cavalos de batalha da passagem de Portugal no Conselho de Segurança. Congratulo-me, por isso, com a recente aprovação, por unanimidade, da resolução 1502 sobre a protecção do pessoal das Nações Unidas e pessoal humanitário em zonas de conflito. Grosso modo, a nova resolução estabelece que os ataques contra os trabalhadores humanitários da ONU e das ONG's são crimes de guerra. O texto da resolução expressa, também, a necessidade dos Estados adaptarem os seus quadros legais de forma a assegurar que os responsáveis por actos de violência contra trabalhadores humanitários sejam levados à justiça.

Mas a repetição de incidentes reforça a minha convicção de que, se a punição é inevitável, a prevenção é cada vez mais necessária. E para tal o melhor instrumento é a legalidade internacional e, neste contexto, o desenvolvimento do Tribunal Penal Internacional. Há que voltar a dar às Nações Unidas e a outras organizações humanitárias como a Cruz Vermelha o respeito generalizado, evitando-se que sejam vistas como uma Organização ao serviço de interesses, de países ou de blocos. ✚

* EMBAIXADOR DE PORTUGAL. ACTUAL MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. ANTIGO ALUNO DO COLÉGIO UNIVERSITÁRIO PIO XII. INTERVENÇÃO NOS ENCONTROS DA ARRÁBIDA, EM OUTUBRO DE 2003.

O diálogo estratégico entre Portugal e Espanha

JOÃO ROSA LÃ*

Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer o amável convite que me foi feito pela Cátedra *Albertino Figueiredo* para vos vir falar sobre um dos temas que, creio, assume uma importância decisiva nas relações entre Portugal e Espanha: papel da sociedade civil no diálogo estratégico entre os nossos dois países.

É duplamente significativo que este convite me tenha sido dirigido para estar, aqui, hoje. Por um lado, a Cátedra *Albertino Figueiredo* é, ela própria, um dos exemplos mais relevante da força e do dinamismo da sociedade civil, num dos seus sectores mais relevantes, o das universidades. Por outro, acabamos de assinar um importante instrumento de cooperação entre a Cátedra e o Instituto Camões, através da sua presença em Vigo, a *Casa de Arines*. O objectivo deste *memorandum* é consolidar e institucionalizar o apoio oficial do Instituto Camões à referida Cátedra, no que será a valorização, por parte do Estado, de uma notável actuação da sociedade civil. Não podia ser, portanto, mais feliz a circunstância que determina a minha presença aqui.

Permitam-me ainda prestar uma homenagem pública e muito sincera, como Embaixador de Portugal e como cidadão, ao Sr. Engenheiro Albertino Figueiredo, exemplo paradigmático de um português que venceu fora do seu país, se fez notável pela sua obra, mas sobretudo se distinguiu pelas suas qualidades humanas e profissionais. Liberto

de preocupações egoístas e de vaidades pessoais, assumiu, com grande humildade e determinação, uma clara opção pela valorização dos outros, contribuindo cultural e esteticamente para que a sociedade, no fundo todos nós, vivamos um pouco melhor e saibamos apreciar e tirar proveito do nosso próprio mundo.

Assim, não podia ter sido escolhida melhor ocasião para uma reflexão sobre o papel da sociedade civil na construção de uma relação adulta e descomplexada entre os nossos dois países, entre os nossos dois povos.

Uma vez estabilizado e partilhado por Portugal e Espanha o mesmo projecto europeu e definida a nossa inserção nas alianças político-militares que nos garantem a paz, creio que a chamada sociedade civil assume um protagonismo essencial para a indispensável viragem qualitativa no nosso relacionamento, aliás bem perceptível desde há vários anos. Venho quotidianamente comprovando que assim é, e o será cada vez mais. As percepções, o dinamismo, os projectos, as preocupações e as solicitações que dela provêm configuram hoje uma poderosa realidade - inescapável para todos quantos estamos profissionalmente envolvidos no constante aprofundamento das nossas relações.

Não é possível ignorar que a simultânea adesão à Europa comunitária terá sido o principal motor de uma inevitável aproximação efectiva entre ambos os Governos e entre os dois povos. Nem por ser um lugar comum devemos deixar de o ter bem presente. Mas, porventura mais importante do que esta previsível evolução histórica, terá sido a decisão política, convictamente assumida pelos dois lados - e sobretudo da parte portuguesa -, de apostar no aprofundamento das nossas relações bilaterais, com todas as consequências que hoje conhecemos. Nem sempre assim sucedeu, apesar das boas formas.

No plano político, evoluímos no sentido de dotar as nossas relações de mecanismos de resolução precoce de divergências, evitando o agravamento de qualquer contencioso susceptível de as afectar. A consciência comum de que "estamos condenados a entender-nos" vê-se assim correspondida, na prática por uma gestão quotidiana



com resultados muito válidos. A intervenção política continua a ser imprescindível para a vertebração desta relação, designadamente na constituição de grandes estruturas que terão de enformar esta plataforma ibérica comum. Estou a pensar, por exemplo, no Mercado Ibérico de Electricidade, na rede de infra-estruturas de comunicações, na gestão conjunta dos recursos hídricos, no futuro do sistema integrado de portos e plataformas logísticas, etc.

Embora correndo deliberadamente o risco de exagerar, diria, contudo, que as questões da agenda política bilateral -uma razoável lista, como temos visto nas nossas Cimeiras, -não são hoje, muito provavelmente, o principal barómetro através do qual as sociedades civis espanhola e portuguesa aferem o estado das nossas relações, cujo âmbito é percebido como crescentemente alargado. Aceitando esta aparente "desvalorização" positiva da dimensão política das relações luso-espanholas - só possível em virtude do seu amadurecimento e da considerável extensão do campo em que se desdobram, parece-me que é cada vez mais através da economia e da cultura que deve moldar-se o nosso conhecimento mútuo e a partir dele ir aprofundando a percepção que temos um do outro.

É essencialmente a imagem do outro que filtra e condiciona o modo como se relacionam as nossas sociedades civis. Daí a importância de a levarmos em conta ao reflectirmos sobre as relações luso-espanholas. A Espanha - cuja evolução económica e social acompanhamos de perto -impôs-se naturalmente como um dos referentes de comparação e um dos espelhos onde os portugueses mais facilmente tendem a olhar-se, procurando ver devolvida uma imagem ajustada à que de si mesmos têm. Neste sentido, as relações no âmbito das nossas sociedades civis adquirem especial relevância.

Há vários aspectos que interferem de forma talvez determinante numa certa percepção portuguesa, sobre o nosso relacionamento com Espanha:

I. O EQUILÍBRIO RELATIVO OU AS ASSIMETRIAS

A assimetria nas relações económicas entre os nossos países - inelutável,

dada a desigual dimensão de cada um - parece muitas vezes ser percebida em Portugal de forma problemática, como se de uma fraqueza nossa se tratasse, para além da geografia e da demografia. A preocupação com que alguns sectores da sociedade civil portuguesa a encaram é legítima e será útil, sobretudo na medida em que dela resultar um esforço acrescido em prol de uma maior presença portuguesa em Espanha por parte dos nossos empresários. Mas não deveremos ignorar que o panorama europeu entre vizinhos de dimensão desigual não difere em muitos casos do nosso. (Vejam-se, por exemplo, as taxas de comércio bilateral registadas entre Espanha e França). Naturalmente serão, em todo o caso, muito positivos todos os desenvolvimentos que favoreçam um quadro de relações mais proporcionais e equilibradas, suficientemente expressivas para assim serem entendidas pelo vizinho mais pequeno - naturalmente o único que problematiza a assimetria. Em alguns casos, devo reconhecer, tais evoluções não dependem apenas das vontades e capacidades da sociedade civil. Julgo, por outro lado, que a generosidade não tem lugar nas relações entre dois países soberanos. Trata-se, sim, de visarmos o equilíbrio relativo, num espírito de respeito mútuo e sem discriminações, na relação desinibida entre Portugal e Espanha. Para isso não deveremos poupar esforços para recuperar um pouco do tempo que já perdemos.

II. A QUESTÃO DA VISIBILIDADE

Apesar dos esforços permanentes e muitas vezes audazes que vêm sendo despendidos pelos nossos agentes económicos e culturais, a visibilidade da presença portuguesa em Espanha é ainda escassa. Uma das nossas fragilidades radica na dificuldade em conseguirmos transmitir uma imagem mais completa e composta de Portugal - ou seja, capaz de levar os espanhóis a associar o nome do nosso país à excelência dos nossos melhores produtos; à criatividade dos nossa cultura; ao nosso contributo em matéria de inovação tecnológica; à nossa capacidade de realização (EXPO 98; EURO 2004, etc.).

Noto, por exemplo, que passou praticamente inadvertido o facto de



em 2002 Portugal ter triplicado em Espanha o volume do investimento espanhol no nosso país. No mesmo ano, também os turistas portugueses que visitaram o país vizinho gastaram mais do que os espanhóis que se deslocaram a Portugal. É de presumir que tais dados não deixariam de ser devidamente assinalados se a assimetria fosse, como é costume, favorável a Espanha. Esta realidade poderá explicar-se por vários factores, mas não tem a ver só com a distinta dimensão de cada país. Decorre, em parte, da discrição, muitas vezes voluntária, dos nossos empresários em Espanha, mais confiantes nas suas estratégias do que nas possíveis vantagens de se associarem à "marca" Portugal; e deve-se também, em grande medida, à circunstância de os sectores em que as empresas portuguesas detêm ali posições mais significativas não serem tão visíveis como aqueles em que Espanha logrou obter uma quota de mercado relevante em Portugal - penso sobretudo na banca, no vestuário e na alimentação, todas áreas mais ligadas ao dia-a-dia das pessoas.

A percepção cabal de um maior equilíbrio nas nossas relações só será, assim, possível quando esta desejável realidade for para nós bem perceptível, o que nos reenvia para a questão da visibilidade. Quando tal acontecer, deixará de ser preciso dizermos que as nossas empresas e a nossa cultura estão presentes em Espanha, porque se tratará de algo evidente aos nossos olhos. Da mesma forma que hoje os espanhóis já não necessitam de afirmar a sua significativa presença em Portugal.

III. ESPANHA COMO SUJEITO PLURAL

Para além das questões fundamentais do equilíbrio relativo e da visibilidade, é essencial termos presente o conhecimento do outro, sempre que reflectimos sobre o nosso diálogo com Espanha. Por este prisma, não devemos ignorar que Espanha é um Estado plural. A dinâmica realidade autonómica espanhola tem constituído, de resto, um elemento crucial para o desenvolvimento das relações entre as nossas sociedades civis. Mas é ainda pouco conhecida em Portugal. O que nos faz perder algumas oportunidades. E ter reacções,

menos felizes, se atentarmos em alguns dos comentários ainda há dias feitos sobre a XX Cimeira luso-espanhola realizada aqui na Galiza, em Santiago de Compostela, no passado dia 1.

A cooperação transfronteiriça, nas suas múltiplas vertentes, e a vitalidade das sociedades civis nas regiões vizinhas vêm concorrendo de maneira decisiva para a intensificação das nossas relações com Espanha, dotando-as de uma densidade de contactos e de uma malha de interdependências mutuamente vantajosas.

A proximidade, a maior facilidade de acesso às Administrações autonómicas, dotadas de amplas competências, e as vantagens comparativas que podem oferecer as Comunidades do outro lado da fronteira facilitam sem dúvida uma presença mais sustentada de Portugal em Espanha, capaz de nos dar uma projecção progressiva e acrescida. Penso nos casos da Galiza ou da Extremadura, Comunidades com as quais mantemos relações económicas, comerciais e culturais bem mais expressivas do que as existentes com Espanha tomada no seu todo.

A título de exemplo, refira-se que Portugal é o primeiro mercado da Extremadura - região quase desconhecida entre nós - e que cerca de 40% dos estudantes de português em Espanha vivem nesta Autonomia. Mas, além das Comunidades espanholas do outro lado da fronteira, mantemos também com outras Autonomias uma relação sólida e intensa - tal é o caso da Catalunha - a região de Espanha que mais investe no nosso país e que só por si representa o 5º fornecedor europeu de Portugal.

Galiza é a Comunidade transfronteiriça que maior volume de intercâmbios comerciais realiza com Portugal, representando 18% das exportações portuguesas para Espanha e 12% das vendas de produtos espanhóis para o mercado português.

Portugal é o segundo provedor da Galiza e o segundo cliente. Galiza compra a Portugal quatro vezes mais que a Extremadura, sendo os componentes para a indústria automóvel, o peixe e o marisco, a confeitaria, os produtos químicos e os produtos da siderurgia, os bens objecto de maior troca entre ambos os territórios.



Em resumo, poderemos retirar benefícios se soubermos conjugar estratégias regionais - mais adequadas à dimensão de muitas das nossas empresas - com enfoques mais globais, cujo sucesso é muitas vezes cimentado por uma abordagem inicial centrada em zonas específicas. Para que assim seja, porém, importa conhecermos melhor Espanha.

Aflorados, na perspectiva da sociedade civil, alguns aspectos essenciais no diálogo Portugal-Espanha, interessará reflectir igualmente sobre os principais actores que nele intervêm.

a) Os agentes culturais

Nas nossas relações com Espanha, estou convencido de que a Cultura poderá funcionar como um factor capaz de corrigir assimetrias e de induzir equilíbrio. Durante anos e séculos, os nossos dois países evitaram uma relação normal entre culturas vizinhas. É sabido, aliás, que outros modelos europeus e não-europeus seduziram em parte o imaginário artístico e cultural dos respectivos agentes, antes dessa espécie de "regresso a casa" que nos foi proporcionado tanto pela eclosão dos regimes democráticos em Portugal e em Espanha, como pela comum aposta europeia. Mas esse "movimento para dentro" fez-se também em direcção ao vizinho do lado. Os dois Países desvendaram-se, descobriram a existência de uma raiz cultural comum e expandiram entre si uma dinâmica de trocas culturais sem precedentes em termos históricos.

Pese embora a diferença de peso quanto à expressão das duas culturas, não parece haver uma clara hegemonia de uma sobre a outra, mas antes uma tendência crescente para o equilíbrio e para a reciprocidade, e é isto que me apraz registar. É hoje normal os principais órgãos de comunicação social espanhóis dedicarem largos espaços aos valores culturais portugueses, dentro dos quais, Saramago, Lobo Antunes, Pessoa e alguns dos maiores pintores e arquitectos contemporâneos constituem grandes referências. As actividades portuguesas de índole cultural em Espanha são recebidas com grande

apetência e pena é que os nossos agentes culturais não disponham dos meios necessários para uma maior intervenção em Espanha. O cinema, a pintura, a literatura, a música e a arquitectura nacionais têm vindo a ser recebidos e acarinhados com grande sucesso.

Recordo-me a este propósito de que um jornal espanhol, quando quis ilustrar a atenção que havia votado ao nosso país, documentou o número de artigos dedicados à cultura portuguesa. Tenho efectivamente comprovado que é bem mais habitual a publicação de peças sobre a nossa cultura do que a respeito de outros aspectos da realidade política ou social portuguesa.

Para isto, têm contribuído decisivamente as universidades dos dois países e a sua cada vez maior cooperação, a nível cultural, técnico e científico. O sector universitário, pela sua universalidade e pelas suas funções, base de um conhecimento em profundidade do saber - é fundamental nesta aproximação das duas comunidades. Também o intercâmbio de estudantes tem vindo a ser um instrumento imprescindível para uma melhor compreensão entre os nossos povos. Importa reter, por outro lado, que a língua portuguesa, enquanto suporte e sinal mais forte da nossa identidade, deverá constituir cada vez mais um elemento fundamental para a projecção de Portugal em Espanha. Todos os esforços que pudermos fazer para estender o ensino do português serão com certeza compensados. É neste sentido que devemos interpretar como uma acção estratégica ambiciosa a recente decisão de finalmente concretizar logo que possível a abertura em Madrid de um Centro Cultural Português, com a vocação de funcionar como um pólo difusor da nossa língua e da nossa Cultura.

b) A comunicação social

A comunicação social constitui um dos meios mais importantes através dos quais cada povo vai captando e construindo a imagem do outro - que, como atrás acentuei, pode ser mais ou menos composta e complexa ou assentar numa acumulação de tópicos que tendem



a simplificar e banalizar realidades, dificilmente consentindo matizes. Creio que à nova fase das relações luso-espanholas que estamos a viver, não terá correspondido ainda um renovado olhar sobre o outro. Enquanto assim for, os tópicos continuarão a prevalecer e as excepções - em que incluiria a imagem da cultura portuguesa em Espanha - mais não fazem do que confirmar a regra..

A concentração dos "media" em grandes grupos tem sido uma tendência acentuada nos últimos tempos. Os grupos espanhóis detêm naturalmente uma capacidade de expansão superior aos portugueses, já visível, de resto, no panorama mediático nacional. Haverá que ter em conta a especial sensibilidade de que o assunto se reveste, de forma a que não sejam introduzidos factores de distorção da realidade, que não contribuem para um melhor conhecimento do outro.

Corresponde também aos "media" um papel importante na "desdramatização" de aspectos que são ou possam vir a ser irritantes no alargado quadro das nossas relações. Mas isso só poderá suceder se acompanharem de forma fluida e constante a actualidade de cada país, respeitando naturalmente o princípio do interesse noticioso das matérias. Só com uma atenção mais contínua ao outro as informações veiculadas poderão ser devidamente contextualizadas e transmitidas nas suas justas proporções. O que nem sempre ocorre.

c) Instituições privadas e comunidade migrante

Nos últimos tempos, diversas têm sido, por outro lado, as iniciativas da sociedade civil para se organizar de forma mais ou menos estruturada tendo por objecto uma abordagem estratégica e mais activa das nossas relações com Espanha - estou a falar de Fundações e Fóruns, Associações, ou, simplesmente, de uma forma mais avulsa mas nem por isso menos importante, de seminários, de cursos universitários ou de outras iniciativas pontuais. É, sem dúvida, um dado muito positivo que parece consentir o reforço e a projecção de uma "massa crítica", que constitui um fermento útil e indispensável

para um melhor conhecimento recíproco e uma mais completa percepção dos desafios com que nos deparamos.

Outro aspecto novo e também extremamente relevante a assinalar é a existência de uma comunidade migrante altamente qualificada e cada vez mais numerosa de pessoas que trabalham ou já trabalharam no outro país. São hoje largos milhares de portugueses e espanhóis com um saber prático acumulado e uma visão das nossas relações muitas vezes mais pragmática do que é habitual - conhecem-lhes as dificuldades, os benefícios, as múltiplas percepções, os horizontes, os limites, os reptos.

Seria com certeza proveitoso que soubéssemos receber e reter os contributos que estas pessoas nos podem dar, de forma a irmos construindo uma perspectiva mais realista das nossas relações. É também com estes "protagonistas" do diálogo Portugal-Espanha que poderemos criar verdadeiros *lobbies* que ajudem a que a "imagem do outro" comece a ganhar contornos mais nítidos e mais conformes às novas realidades.

d) Os agentes económicos - empresas

Propositadamente deixei para o final os agentes económicos/empresas neste panorama, necessariamente resumido, dos pilares da sociedade civil que intervêm no diálogo luso-espanhol. É hoje uma realidade bem evidente que as relações económicas entre os nossos dois países deram um salto espectacular nos últimos anos. De um comércio quase inexpressivo há 30 anos, Espanha passou a ser o nosso maior parceiro no sector e Portugal, apesar da assimetria existente, oscila entre o 7º e 8º lugar na lista de fornecedores do vizinho ibérico. Ou seja, para os empresários espanhóis, Portugal representa por si só um mercado mais importante em termos comerciais do que todo continente americano.

Se o nosso mercado é estrategicamente indispensável para as empresas espanholas - que muitas vezes ali iniciam o seu processo de internacionalização -, também para as empresas portuguesas Espanha constitui



um mercado natural para os seus produtos e para a sua própria competitividade e internacionalização - e assim deverá ser cada vez mais. A dupla periferia que caracteriza a economia portuguesa (face a Espanha e face à Europa) só será superada se Espanha vencer a sua própria marginalização geográfica, contrariando o possível deslizamento do centro da Europa em virtude do alargamento. As grandes empresas portuguesas já tomaram as suas opções estratégicas oportunamente. Actuam hoje, na sua maioria, como empresas ibéricas, considerando, e bem, o mercado peninsular como o seu mercado natural. O grande desafio do futuro reside, creio, nas PME, pois são estas a coluna vertebral das nossas economias, em particular da portuguesa.

Será assim na medida em que conseguirmos que as nossas empresas de pequena e média dimensão adquiram uma perspectiva ibérica, sós ou associadas, em parcerias ou com *joint ventures*, que poderemos em bom rigor falar da consolidação de uma plataforma ibérica. A massa crítica que resultaria de uma tal evolução tornaria mais fácil a sua própria internacionalização, aumentando em paralelo a sua projecção em mercados terceiros - na América Latina, em África ou no Leste europeu.

Também o turismo assume neste quadro um peso decisivo na nossa vida económica. Sendo um sector vital para ambos os países, existe curiosamente muito caminho por desbravar. Por um lado, precisamos de abandonar velhos conceitos de concorrência e competição e de oferecer verdadeiros destinos partilhados que dêem a quem visita a Península ibérica uma gama de escolhas e experiências diferentes e complementares. Por outro, o turismo bilateral reveste uma especial importância enquanto factor não apenas gerador de recursos mas, sobretudo, porque permite que portugueses e espanhóis se conheçam melhor uns aos outros, no seus hábitos e costumes, nas suas idiossincrasias e nas suas culturas.

CONCLUSÕES

Quero terminar com uma nota positiva este breve retrato do diálogo luso-espanhol enfocado pelo prisma da sociedade civil. Como

procurei documentar, julgo que estão criadas as bases políticas e económicas para um melhor e mais eficaz relacionamento entre ambos os países. Mas este apenas se traduzirá em comportamentos adequados e estabilizados se as nossas sociedades civis assumirem claramente uma perspectiva e uma imagem mais correcta do outro. Neste desafio - ainda por vencer mas com muito caminho já percorrido - todos os agentes são imprescindíveis: empresários, meios culturais, órgãos de comunicação social, instituições privadas, comunidades de um país que vivem no outro, etc.

Para Portugal, creio não haver incompatibilidade entre a preservação da nossa identidade colectiva, coesa e bem diferenciada, e o inelutável reforço da malha de relações com Espanha, em particular no que se refere à interdependência económica. Como um dia escreveu um ilustre antecessor meu em Madrid, Victor Cunha Rego, profundo conhecedor do diálogo luso-espanhol: "é preciso perder o medo ou o patriotismo larvar que nos impede de reencontrar na península o espaço natural da nossa aventura colectiva".

Creio que nos últimos anos este tem sido claramente o espírito daqueles que mais vêm contribuindo para o desejável equilíbrio das nossas relações com Espanha, não ignorando as dificuldades, mas cientes das suas capacidades e confiantes no futuro.

A desigual dimensão dos dois países é uma realidade evidente que temos de levar em conta, pois impõe-nos desafios e estratégias adequadas, mas não poderá ser encarada como uma fatalidade. Só assim lograremos os objectivos pretendidos e conseguiremos renovado alento para definir outros cada vez mais ambiciosos. ✚

* EMBAIXADOR DE PORTUGAL E ANTIGO ALUNO DO COLÉGIO UNIVERSITÁRIO PIO XII. DISCURSO PROFERIDO NA CASA DE ARINES (DELEGAÇÃO DO INSTITUTO CAMÕES), EM VIGO, EM 7 DE OUTUBRO DE 2004.

Religião, tolerância e proselitismo

PAULO FERREIRA DA CUNHA*

É para mim um privilégio arguir hoje esta tese, nesta Faculdade de Direito de Lisboa, casa de referência nas Letras Jurídicas nacionais, para mais ao lado de dois eminentes Mestres, o Prof. Jorge Miranda, que nos acolhe, e o Prof. Adriano Moreira, a quem desde já me permito felicitar, assim como à candidata, pelo excelente trabalho que aqui nos traz hoje.

À Senhora Licenciada Sara Abrantes Guerreiro, que não tinha o gosto de conhecer pessoalmente, os meus sinceros parabéns por este estudo, e desde já a advertência de que os reparos que lhe farei, aliás não muito extensos, sacrificando, naturalmente, ao ritual académico da arguição, constituirão sobretudo pretexto para que possa abrilhantar as suas provas, refutando-os ou esclarecendo-os em público.

Apresenta a Senhor Licenciada Sara Abrantes Guerreiro uma dissertação para a obtenção do grau de mestre em Direito subordinada ao título “Liberdade Religiosa e proselitismo na Convenção Europeia dos Direitos do Homem. As fronteiras da Tolerância”. Talvez numa futura publicação, devidamente corrigida, por razões editoriais, se pudessem inverter os termos do título. Mas na altura tal se ajuizará...

Esta obra tem, para alguém que mais até que o Direito Internacional tem cultivado a Filosofia do Direito - como se suspeitaria quiçá pelo estilo e conteúdo da arguição - , uma vantagem adicional: a de confirmar o último vaticínio desse grande jusfilósofo que foi Michel

Villey. Se o Mestre de Paris – mestre de Mestres nossos – se revelou muito crítico relativamente a Direitos Humanos como mero *aleluia jurídico*, voto piedoso, ou declaração de pia intenção, num última entrevista ao “Le Monde” manifestara todavia uma esperança, precisamente pela existência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e da sua jurisprudência. Retomando Dworkin, esta é uma obra que contribui também para *levar os direitos a sério*¹ ...

É um daqueles casos em que as dissertações não se medem aos palmos. Nas pouco mais de duzentas páginas de texto e bibliografia o tema é suficientemente exposto, para as exigências de uma dissertação deste grau, com proficiência, sentido dos limites da erudição académica, de forma claríssima, directa, estruturada, cobrindo abrangente e ilustrativamente a temática que se propõe, com divisões e subdivisões bem concatenadas e - porque não dizê-lo? – redigida em estilo até agradável. Se aqui e ali redundante (p. ex., a p. 193 volta a recordar o mais que referido caso Kokkinakis), recuperando argumentos, não deixa de ser assim mais amena, por recordar – num salutar exercício de memória, e que é, afinal, uma deferência para com o leitor, que se agradece.

Mérito da Candidata, do Director de tese, ou de ambos, aprez-me registar a evidência de que o tema é relevante, muito relevante, actual, muito actual, e tratado sem pretensiosismo, com objectividade, fontes adequadas, sentido académico, nível universitário. Com atenção aos documentos internacionais relevantes, à doutrina nacional e estrangeira mais pertinente (obviamente nunca se esgota a doutrina possível...), e muito particular incidência sobre a jurisprudência.

Do ponto de vista metodológico, é um estudo a louvar. Procura desde logo enquadrar o problema no plano conceitual, histórico, jurídico internacional geral, dos modelos de relacionamento entre Igrejas e Estado, da questão basilar da “tolerância”, etc., para depois atacar o cerne da questão. O texto vai evoluindo logicamente, do geral para o particular, recorrendo muito louvavelmente a exemplos, com um uso avisado de remissões internas revelando um sentido da ordem – da *dispositio* – que infelizmente se está a perder em

»

muitos casos, para depois ascender às conclusões finais, moderadas, ponderadas, e escoradas na argumentação apresentada *pari passu*.

Apesar do texto conter conclusões, que, mesmo não estando numeradas, acabam por funcionar, de algum modo, como “teses”, a dissertação afigura-se-me sobretudo um trabalho monográfico de “estado da questão”, e não verdadeiramente uma tese. Tal é perfeitamente admitido legalmente. Poder-se-á é discutir as razões pelas quais cada vez mais dissertações, de Mestrado e até de Doutoramento, optam por não serem verdadeiras Teses. Mas desse tema não nos podemos ocupar aqui.

Não raro os comentários às posições alheias citadas são pontualmente tímidos – confesso ter ficado entusiasmado quando, a p. 89, finalmente toma verdadeiramente partido quanto ao caso *Arrowsmith vs. Reino Unido* - , e nem sempre argumentados. Por outro lado, nem sempre as fontes primárias são utilizadas. Em todo o caso, é grande mérito deste estudo colocar à disposição do público de língua portuguesa uma sistematização dos problemas da liberdade religiosa em geral, focalizada na questão do proselitismo, esperando pessoalmente que este estudo seja rampa de lançamento para um doutoramento em que o pensamento da autora, aqui testado e amadurecido, possa desabrochar plenamente em originalidade.

Desde já declarada a minha opinião sobre o geral acerto das escolhas metodológicas, do tom e da forma de tratamento encontrada, esta arguição limitar-se-á, *brevitatis causa*, a algumas considerações gerais sobre temas “fortes” da tese, e depois a algumas questões concretas, para esclarecimento de pormenor. Com uma profusa errata, permito-me não entrar em questões linguísticas, dado que, como dizia o clássico – *Le style c’est l’homme même...* Neste caso, *la femme même...* e não quereria fazer proselitismo estilístico, uma outra forma de religião, certamente... Mesmo assim, não resisto a proclamar a minha embirração com a “implementação” de p. 40, 41, e o muito usado “encarregue”... Mas por aqui me ficarei, esperando ter feito um uso moderado e não invasivo da minha liberdade de defesa da Língua Portuguesa. Apenas um reparo para observar que, se por vezes teria

sido útil dar a tradução portuguesa de textos legais (como os gregos... que talvez não ganhem em aparecer em inglês), ou do título do livro (Kitáb é livro – ainda aí chego...) de Baha’u’llah (p. 54), já a primeira citação de André Malraux perde muito com a tradução: *Le XXIème siècle sera religieux ou il ne sera pas... c’est toute une autre chose...* que “será religioso ou deixará de existir”...Até porque Malraux escreveu no século XX...

No plano ainda formal, é apenas de criticar algum descuido nas notas de rodapé e na bibliografia. Esta não respeita a norma portuguesa, nem nenhuma das que internacionalmente conheço. Teria preferido que, pelo menos na bibliografia final, sempre fosse dada indicação de local da edição, editora e data – o que nem sempre ocorre. E ainda que tal bibliografia fosse ordenada alfabeticamente não pelo primeiro nome mas pelo último, ou pelo penúltimo, no caso dos autores de expressão castelhana.

Nas notas, além de ser mais cómodo o uso dos *ibidem*, ou *op. loc. cit.*, quando justificável (caso por exemplo da nota 453), há abreviaturas de obras que a mim manifestamente me chocam, embora não possam confundir ninguém. É o caso da citação do celebérrimo *Manual de Direito Constitucional* do Prof. Doutor Jorge Miranda, que, na minha modesta opinião – mas felizmente ele poderá opinar, se o desejar – melhor ficaria com o título por extenso, ou, no máximo, como simplesmente *Manual...*, do que, como figura, *Manual de Direito reticências...* O que causa, pelo menos, uma certa estranheza...

Mas, ainda assim, tudo se encontra aqui bem melhor do que essas citações que estão a invadir já o Direito e que dão absurdos como, a meio de um texto, entre parêntesis, uma obra de Aristóteles reeditada este ano aparecer citada como: “(Aristóteles, 2004)”...

Na primeira parte da sua tese, a candidata como que tarda a levantar voo autónomo, firmando-se muito nas opiniões de outros autores... Por exemplo, a parte histórica abusa da referência a dois significativos autores no domínio em causa (Paulo Adragão e Jónatas Machado), mas poderia ter sido feita com base em estudo mais autónomo e mais plural. Aliás, o suporte em autores acompanha a obra, só que depois



com outra desenvoltura. Embora a candidata pareça gostar muito dos realmente relevantes Evans, tanto Carolyn como Malcom, com quem dialoga profusamente no restante texto. Creio também, por exemplo, que não seria preciso citar ninguém em especial para referir as etimologias da palavra *religião* (p. 4). E esta dependência de fontes secundárias leva a que, sem dúvida com intenção meritória de suum cuique, mas com resultado por vezes estranho, se atribuam a certos autores ideias ou interpretações que são património comum – como é o caso de p. 18 com um facto histórico que não nos parece controvertido sobre consequências da Paz de Aubsburgo, 1555. De índole semelhante são algumas informações supérfluas para o destinatário primeiro da tese – o júri – mas que se revelarão de valia para o público em geral quando, como advogamos já, vier a ser publicada (por exemplo, a explanação de p. 185 sobre o Conselho da Europa, ou sobre os sistemas de protecção antes e depois de II de Novembro de 1998). Embora sempre se possa objectar que os júris se devem presumir tabula rasa...ou possuídos da mais *docta ignorantia*...

Em contrapartida, ainda nesta mesma parte, certas afirmações talvez pudessem ser mais matizadas, podendo, tal como se encontram, dar a entender o que não pretendem (p. 18 – sobre o morrer pela religião no séc. XVI: hoje também há quem morra pela religião - e de que maneira!), bem como exemplos que são mais excepção que regra (como o de Servet – vítima do calvinismo genebrino – p. 19 – Há, aludindo ao tema, um magnífico livro de Stephen Zweig, por exemplo²); outro caso é o de alegados pioneiros que tiveram antecedente (como a "tolerância" de Locke, pelo menos precedida pela – também ela muitíssimo incipiente ainda – de Althussius – p. 20) Vamos então às questões de fundo.

I. A PRIMEIRA QUESTÃO, DE QUE TUDO PARTE, É O PROBLEMA DO QUE SEJA RELIGIÃO.

É natural que haja muita confusão a propósito do problema, e que se experimente uma grande insatisfação com as soluções encontradas.

Logo na p. 7 seria de devolver a questão: o comunismo é uma crença ou é uma religião?

Pessoalmente penso que a noção do Parecer da Procuradoria Geral da República n.º 119/90, de 10.01.1991 é lacunosa, e pouco captadora da complexidade do fenómeno. Teria valido a pena discuti-lo. Apesar de ao longo da dissertação serem acrescentadas muitas achegas e muitos outros ângulos de consideração do problema, acho interessante que a questão geral das relações entre Religião e Direito, de forma radical e dir-se-ia antropológica ou antropológico-simbólica, não tenha sido mais convocada. Porque, realmente, por detrás de boa parte de muitas das questões consideradas, está a questão da própria concorrência essencial entre Direito e Religião, e também entre Estado e Religião, o que, para nós obrigaria a recuar às razões – que se perdem na densa bruma do desconhecido – da cisão da primeira função mágico-jurídico-política dos indo-europeus.

Decerto que uma perspectiva difusa de religiosidade muito alargada (e por isso de algum modo profana – para não dizer *profanada*: mostrada em excesso, segundo a etimologia) concorda em não colocar a questão do religioso como questão do sagrado. Mas, se quiséssemos ir pelo caminho, sempre arduo, da definição, decerto que a questão do sagrado haveria que ressaltar.

O sagrado constitui uma das dimensões mais intangíveis e contudo irrecusáveis do Homem³. A noção de sagrado é, pela sua própria natureza, avessa à captação pelas malhas do *logos*. Se a ideia de *numinoso*, ou de *ganz andere*, com as investigações clássicas de Rudolf Otto⁴, podiam ter por momentos ajudado, já ultimamente, o repensar das perspectivas antropológicas de Marcel Mauss⁵ e antropolinguísticas estruturalistas de Lévi-Strauss⁶, levado a cabo por Annette Weiner⁷ e Maurice Godelier⁸, parecem conduzir-nos a um beco ainda mais sem saída no plano da tradução ou significação do sagrado. No limite, o sagrado parece ser, antropológicamente, cientificamente, um sentido aberto, tão aberto que se arrisca – diríamos nós – ao não-sentido. E contudo haveria que persistir...



Já Lévi-Strauss considerara os conceitos-chave do sagrado *han* e especialmente *mana*⁹ como “significantes vazios em si mesmos de sentido”, “susceptíveis de receber qualquer sentido”, “significados flutuantes”, e até “símbolos em estado puro”. Além de que “(..) os símbolos são mais radicais que aquilo que simbolizam, o significante precede e determina o significado”.

Não é este obviamente o lugar para discutir o problema em profundidade. Mas parece todavia razoável que a sacralidade mais profunda seja algo de pouco aprisionável pela racionalidade, sobretudo pela racionalidade científica. De “experiência terrífica e irracional” fala Eliade aludindo à teorização do referido Rudolf Otto¹⁰. Ora o Direito, apesar de tudo, sofre de uma paixão pela ciência, e por vezes de um complexo de a-cientificidade, enquanto, certamente, a mais “mole” das ciências – apesar do *dura lex, sed lex...*

E assim é natural que a linguagem não seja capaz de exprimir todo o *mysterium tremendum* dessa realidade tão radicalmente diferente e transcendente da experiência comum e da experiência científica. Ao falar-se em *mysterium tremendum*, em *mysterium fascinans*, apenas se está a agir por metafórica analogia, e muito impropriamente:

“(...) nós sabemos que esta terminologia analógica é devida justamente à incapacidade humana de exprimir o *ganz andere*: a linguagem apenas pode sugerir tudo o que ultrapassa a experiência natural do homem mediante termos tirados dessa mesma experiência natural”¹¹.

É por todas estas circunstâncias que ao falar-se de Direito e Sagrado a primeira coisa que certamente assomará à mente de muitos será a questão – e essa sim, tirada da experiência histórica e contemporânea – das relações entre Estados e Igrejas, ou entre Direito (normalmente desses estados) e confissões religiosas. Tal é o caminho mais óbvio, mais trilhado. O facto é que o Estado e o Direito do Estado sempre mais ou menos procuraram ou manipular ou abafar essa perigosa racionalidade-outra e poder-outra que, mesmo no mais laico dos Estados, acaba sempre por constituir a realidade das confissões organizadas. A história do direito da religião ou das reli-

giões é sempre a história dos avanços e recuos de mais ou menos (im-)piedosos (ím-pios) governantes por se autonomizarem do jugo do teocrático, por lhe imporem a sua vontade, e, no limite, por conseguirem eliminá-lo. É uma história sem dúvida com episódios interessantes e edificantes (depende do ponto de vista, mas sempre com moral). Todavia, pouco diz, na verdade, sobre o sagrado.

Porém, por detrás dessa tensão permanente entre Estado e Religião encontra-se uma questão que tem, realmente, e muito, a ver com o nosso tema. É que a razão de fundo do conflito entre Estado, Direito e Religião é que, quer o Estado quer o Direito, têm também uma sacralidade – do mesmo modo (embora não do mesmo tipo) que as confissões religiosas. Há uma sacralidade religiosa propriamente dita e uma sacralidade estadual e jurídica, que pode mesmo, em certas circunstâncias, transformar o Estado e o Direito (embora “direito” com muitas aspas...) em verdadeiras religiões laicas. E olhe-se o paradoxo: há já muitos que falam de “religião dos direitos humanos”!...

As próprias expressões usadas para designar o sagrado, no diálogo do pensamento de Mircea Eliade com Rudolf Otto, têm todo o sabor ao *imperium* e à potestas do Estado e do Direito. Fala-se em “poder terrível”, “cólera divina”, ou até mesmo de majestas, repetidas vezes. Um parágrafo como o seguinte dá-nos bem a noção de que as conotações do sagrado e do político ou do poder (jurídico e estadual – mas sobretudo o poder absoluto, o poder em estado puro) são muito semelhantes:

“Encontra o sentimento de pavor diante do sagrado, diante deste *mysterium tremendum*, diante desta *majestas* que exala uma superioridade esmagadora de poder”¹².

Das duas uma: ou seriam o Estado e o Direito que copiaríamos a linguagem sacral, ou seria esta que copiaria aquelas. Realmente, como Estado e Direito são realidades em si mais recentes que a dimensão sacral, o problema está apenas entre Sagrado e Poder (uno, antes de qualquer corte epistemológico interno às funções do político). E, na verdade, de mais a mais entre nós, indo-europeus, tudo parece

indicar que a primeira função, da soberania, da magia, do poder, abarcava em união o sacro e o político¹³.

Esta dificuldade de definição pelo recurso precisamente ao que seria a mais caracterizadora forma de encarar a religião, leva-me a perguntar-me, se a pp. 13-14 o autor citado (José Adelino Maltez) não terá de alguma forma mais ironizado que outra coisa...

Quando se fala da "intensidade axiológica equiparável" ou ao desempenho na vida de alguém de uma função "semelhante à da religião" (p. 15 *passim*) estamos perante um sentido desacralizador de religião, e, *de jure constituendo*, não podemos deixar de nos questionar se não seria mais avisado constituir um outro direito, não de liberdade religiosa, mas de liberdade de crença, mundividência, cosmovisão, com autonomia efectiva, em queoubessem todos os pacifismos... e (porque não?) ideologias antigas e modernas, sobretudo as mais totalizantes e totalitárias (mas isso coloca perigos)... Tal como o admitido pacifismo, porque não o ecologismo, ou o feminismo? Mas não já, pelo contrário – esse é o grande exemplo do não-direito – o racismo, ou a xenofobia, etc..

É complicado incluir as ideologias nas crenças...

Se se mescla neste super-conceito generalíssimo de religião-crença, os druidas, a cientologia, o pacifismo e até o comunismo, onde estará a diferença entre religião, seita, ocultismo e ideologia? E não será esta uma forma de uma certa perversidade laicista de confundir o sagrado com o simplesmente idiossincrático com vocação totalizante? Tal é uma visão neutralista, mas não capta a essência dos fenómenos, e pode vir a ter que proteger realidades que nada têm de valioso, ou seja, religiões sem alma, uma espécie de "esperantos" religiosos.

E quanto à própria distinção entre religião e seita, sempre se nos poderá ser respondido, com algum cinismo e fria crueza histórico-sociológica, mas todavia invocando um argumento a ponderar, que "as religiões seriam seitas mais antigas e bem sucedidas"...

Aliás o problema do obstáculo do observador tem um lugar paralelo em sede de educação para os direitos humanos, e mais especificamente de

ensino inter-religioso, nessa senda – aliás uma breve intersecção com este problema se esboça na p. 61. Participei no ano passado em São Paulo num colóquio internacional em que se falou da matéria e se analisaram experiências concretas. Por exemplo, esta neutralização parece ser a mesma que privilegia um ensino sócio-antropológico das religiões, que obviamente lhes é exterior e parece só poder promover o ateísmo, o agnosticismo, ou o indiferentismo religioso. Havendo porém também perigos na posição contrária, evidentemente...

II. A SEGUNDA QUESTÃO É A DA TOLERÂNCIA

Embora a expressão esteja enraizada, e a partir da sua cosmovisão implícita tenha evoluído o Direito, encurtando razões preferiria uma *convivência* entre credos e crenças, ou, se tal fosse reconhecido como utópico, creio ser muito menos afrontosa (a citação de Lord Stanhope – p. 54 – tem plena razão de ser) a ideia de *respeito*. Porque não *respeito* (a p. 98, p. ex., alude-se a um princípio de respeito... seria de alargar a noção) pelas diferenças religiosas em vez de *tolerância* – que implica sempre alguma sobrançeria e menosprezo? Aliás, Joseph Raz, que a autora escolhe de entre as autoridades principais a p. 54, coloca-nos um problema interessante. Porque se, como afirma “a pessoa só é tolerante quando tem, *a priori*, uma vontade de não tolerar determinado comportamento” (*apud* p. 55), então caímos num paradoxo. Pois a mais benevolente das pessoas (que seríamos tentado a qualificar de tolerante, se o tolerante não fosse, assim, um intolerante que se reprime) precisamente porque *nem tem ganas* de ser intolerante, passaria a ser, *ipso facto*, intolerante. Ou seria apenas tida como amorfa?

Também não estou completamente convencido que a distinção entre *forum internum* e *externum* seja sempre o ovo de Colombo destas matérias. Nem que seja *self-evident*... Tazhib alude a itens que considera do foro interior que parecem fruto de pressão externa (p. 82, 83). Será tão importante manter sempre esta distinção?

»»

Confronte-se também a posição de Freeman, a p. 85.

III. A TERCEIRA É A QUESTÃO DO PROSELITISMO

Pessoalmente creio que, mais uma vez, não será pelo refinamento definitório que melhor se protegerão os direitos em causa, que, realmente, tanto existem na *fonte* como no *alvo*, desde que o proselitismo seja moderado.

Quando, a p. 158, se considera que o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem “foi demasiado redutor” ao que parece porque “lhe faltou uma apreciação mais profunda do conceito de proselitismo” tenho dúvidas de que o que falte seja esse mais refinado equipamento conceitual especificamente definitório. Afigura-se-me, outrossim, de acordo aliás com o que expressei sobre o problema religioso em geral na sua relação com o Direito e o Estado, que não se trata de um problema de conceito, mas de pré-conceito, preconceito ou pré-juízo, ainda que inconsciente, nomeadamente a favor da soberania jurídica e de conformação sócio-cultural e simbólica dos Estados, que aliás redundará na mais vasta *doutrina da margem de apreciação*. É sintomático, como a autora parece aflorar – mas gostaria que o confirmasse ou infirmasse – que mesmo quando se protegem concretamente os visados, se procura ter o cuidado, nas sentenças, de deixar incólume o edifício jurídico dos Estados.

A questão pode repercutir-se, aliás. A p. 197, a propósito do caso *Handyside vs. Reino Unido*, 1976, no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, recorda-se que o mecanismo da Convenção Europeia dos Direitos do Homem é subsidiário dos sistemas nacionais. E que aliás o princípio da subsidiariedade nesta matéria já estava previsto no respectivo art.º 1.º. Com a aprovação da Constituição Europeia, e a institucionalização formal do seu primado, como ficarão as coisas?

Aliás, quase no fim da dissertação, há um parágrafo que parece confluir com este problema: “As variáveis da soberania, dos assuntos internos e dos interesses dos Estados desempenham aqui os conhecidos factores

de bloqueio a um cumprimento integral deste Direito”. Fala-se do Direito Internacional dos Direitos Humanos.

Do Direito *Internacional*, sim, na medida em que seja apenas internacional, sem dúvida. O que não sei se quererá dizer que essas “forças de bloqueio nacionais” rumem sempre no pior sentido para os Direitos Humanos... Creio poder admitir-se, ao menos em teoria, que precisamente o princípio da subsidiariedade poderá ter aqui alguma razão de ser, e que, resolvendo-se as questões mais perto dos cidadãos, elas poderão ficar mais a seu contento. Embora reconheça que as minorias poderão ser mais eficazmente protegidas por uma jurisdição mais distante... A teoria do consenso, por exemplo em Paul Mahoney, também parece perigosa... (p. 200). Creio que as coisas não são simplesmente a preto e branco... Gostaria de saber a opinião da candidata.

Embora haja aqui uma questão de base que gostaria de ver esclarecida, porque talvez não despicienda para a apreciação do papel protectivo dos estados nacionais. Natan Adams, referido a p. 61, parece considerar que há uma cada vez maior diferenciação dos estados não com base em critérios políticos, mas religiosos. Sinceramente, espero que haja outros critérios, desde logo que nos permitam distinguir da também católica Espanha... embora o nosso catolicismo seja muito diverso do da Semana Santa andaluza... Além disso, e creio que voltando ao cerne da questão, parece-me que o grande problema é o de conseguir o equilíbrio entre os direitos de quem é fonte e invoca a religião ou a crença para o fazer, por um lado, e os limitativos 4 pontos do n.º 2 do art.º 9.º da Convenção Europeia dos Direitos Humanos, por outro lado:

- protecção da segurança e ordem pública
- protecção da saúde pública
- protecção da moral pública
- protecção dos direitos e liberdades de outrem

É uma malha apertada pela qual a liberdade de proselitismo tem de irromper...

E precisamente porque me parece ilustrar – além dos casos gregos



– a pedra angular do edifício teórico em causa, teria gostado de ver mais discutido o caso do filme *Liebeskonzil*, em que o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos deu razão às autoridades austríacas em nome da *paz religiosa*... (p. 96). Conceito que se compreende, como uma espécie de ordem pública neste domínio, mas cujo alargamento de aplicação, *ad libitum*, poderia comprometer seriamente não só a liberdade religiosa como o próprio pluralismo religioso em si mesmo.

Apesar de em matéria daquilo a que chamaria, com algum exagero, a teoria pura (para distinguir da aplicada) dos direitos humanos e fundamentais, a minha posição (expressa sobretudo num quase clandestino livro de *Teoria da Constituição*, II vol. *Direitos Humanos, Direitos Fundamentais*¹⁴) seja eclética, não apenas considerando os instrumentos da concordância prática mas também a da ordem de valores, concedo que no caso concreto não é fácil, *a priori*, estabelecer uma ordenação entre os valores em causa, pelo que a tradicional perspectiva da concordância prática, numa sua aplicação tópico-problemática do caso concreto, me parece totalmente satisfatória. E contudo, estou inclinado em pensar que, numa sociedade demo-liberal como a nossa (em que aliás sofremos e suportamos bombardeamentos mediáticos bem menos interessantes e inócuos que os religiosos e afins), vale mais o direito de, com moderação e sem invasão, proclamar ao vizinho a sua “Boa Nova”, que o direito absoluto deste se fechar na sua crença ou não crença. Digo que acho que vale mais, não que o possa valer a todo o custo, ou que o direito de ser deixado em paz não tenha também valor... Evidentemente.

De certo modo, esta posição aflorará também na perspectiva de um Tedh, que parece afirmar que, no âmbito de um proselitismo legítimo, este prevaleceria sobre o direito de cada um a manter a sua religião (p. 171).

A p. 176 parece pressupor-se que não há, mas e se houvesse mesmo uma hierarquia de valores, mesmo na questão *sub judice*?

A autora é moderada e ponderadíssima nas suas posições, mas nesta matéria parece haver uma que, modestamente se me afigura, de tanta moderação, acabar por ser ousada. Para a candidata, seria

“muito importante saber se os alvos do proselitismo alguma vez manifestaram vontade se não ouvir os seus superiores...” (p. 157), a propósito do proselitismo dos oficiais da força aérea face aos seus subordinados. Permito-me discordar. Não creio mais fácil a um soldado fazer isso face a um oficial do que um paciente face a um médico. E claramente um trabalhador face a um empregador. Há relações de poder (mais ou menos “especiais”) que são, como hoje se diria, “incontornáveis”. Cada um de nós julgue pela sua própria experiência...

IV. QUESTÕES MAIS DIRECTAS¹⁵

Posto isto, há algumas questões pontuais que me suscitam dúvidas, ou que gostaria de ver mais esclarecidas. Não é obviamente a candidata obrigada a referir-se a todas, ou sequer a referir-se a alguma, pois tem total liberdade de expressão...

Por ordem de surgimento na tese:

Gostaria de ver uma nota de rodapé sobre as fontes tomistas sobre a repressão dos hereges (p. 17), de mais pormenores sobre o caso de Servet, também numa breve nota (p. 19), e dito algo sobre o Castello de p. 59.

Já que se invoca Tocqueville, e as suas observações sobre a unidade moral da América, apesar do pluralismo religioso, cumpriria observar, em nota também, que essa unidade moral também se estilhou... motivo para reflectirmos sobre as reflexões do aliás argutíssimo e geralmente muito profético autor (p. 22).

Gostaria de ver mais clara a ligação entre pós-modernidade e fundamentalismo islâmico (p. 126), mais desenvolvido o princípio da proporcionalidade (p. 194 ss.), mais argumentadas as razões por que se inclui o proselitismo no conceito de *ensinamento* em sentido amplo (p. 215). Ainda a propósito de pós-modernidade, gostaria de saber que formas desta sugerem que a coacção seria a única forma de defender a causa – creio que dos cristãos conservadores, a que julgo aludir-se a p. 59.



E finalmente permito-me recordar que pode haver outras razões para se poder achar supérfluo e até talvez deslocado falar-se de Deus ou do Cristianismo ou do legado Judaico-cristão no Preâmbulo da Constituição Europeia. Foi publicado um pequeno artigo sobre isso, que não passou despercebido, por exemplo, ao Prof. Jorge Bacelar Gouveia, que o comentou¹⁶.

V. FINAL

Termino, com a única referência sobre tolerância e proselitismo que realmente acho fazer falta ao seu trabalho, Senhora Licenciada Sara Abrantes Guerreiro. E por isso mesmo aqui lha deixo:

"Que sejas pusilânime, ignorante ou orgulhoso, ou ainda mesquinho, sábio ou magnânimo, és sem dúvida uma criatura mortal, e incontestavelmente o meu semelhante, o meu irmão. Nesta qualidade te considero; trata-me da mesma maneira. Que o nosso laço de união seja a humanidade. Ainda que se albergue em teu seio o mais abjecto, o mais néscio, ou o mais malvado dos homens, não hesito em entrar em comunicação contigo. Escrevo, tendo em mente divulgar específicos que te curem as fraquezas, te corrijam dos defeitos, te reprimam nos crimes e te ajudem a vencer os vícios. Sejas embora o espírito mais bem formado dos séculos, sintas esplendidamente a opressão da opulência, e imagines possuir uma sólida e rara ilustração, não me desprezes, não me anavalhes, não me abocanches. Deixa-me socegado; por mim, do coração te juro que te não toco. (...) se és romano ou português, não te escandalizes; não me encares como inimigo; já disse, sou teu irmão. Crê em mim e lê as minhas considerações. Por muito pouco que as medites, espero que tenham a força de te libertar de preconceitos, a virtude de te curar da cegueira, numa palavra, possuam as qualidades precisas para te reconciliarem comigo".

O autor é, como já reconheceram, o nosso Cavaleiro de Oliveira, traduzido pelo também muito nosso Aquilino¹⁷. E é naturalmente

anterior aos tratados e às declarações internacionais sobre a tolerância e o proselitismo... Por estas e por outras, a Inquisição, à falta de o apanhar em pessoa – pois se exilara em Londres – , abaria por queimá-lo em efígie, no ano de 1761.

Mas falemos de tempos bem melhores... ✠

¹ Referimo-nos, evidentemente, ao já clássico livro de Ronald DWORKIN – *Taking Rights seriously*, London, Duckworth, 1977.

² Stephen ZWEIG – *Castélio Contra Calvino*, 7.^a ed., trad. port., Porto, Livraria Civilização, 1977.

³ Sobre esta questão do sagrado na sua relação com o Direito e o Estado, permitimo-nos de seguida recordar, *mutatis mutandis*, um passo da nossa conferência *O Direito, a Política e o Sagrado*, conferência no âmbito do Seminário Internacional “Religião, Valores e Educação”, Universidade de São Paulo, 17-20 de Setembro de 2003 – fórum a que nos referiremos, aliás, mais adiante, no corpo do texto. Cf. ainda Paulo Ferreira da CUNHA – *O Direito e o Sagrado – Reflexões Preliminares sobre o Sagrado no Direito Público*, in “Psicologia, Educação e Cultura”, vol. VI, n.º 2, Dezembro 2002, pp. 363-377, e *Idem – O Direito, a Política e o Sagrado*, in “Miranandum”, ano VIII, n.º 15, 2004.

⁴ Rudolf, OTTO – *Das Heilige*, 1917, trad. fr. de A. Jundt, *Le Sacré*, Paris, Payot, 1949.

⁵ Marcel MAUSS – *Sociologie Et Anthropologie*, com Introd. de Claude Lévi-Strauss, Paris, P.U.F., 1973 (inclui, na 2.^a Parte: *Essai Sur Le Don. Forme et Raison De L'échange Dans Les Sociétés Archaiques*, Originalmente Publicado In «L'année Sociologique», 2.^a Série, 1923-1924, t. I), ed. port. traduzida por António Filipe Marques, *Ensaio sobre a Dádiva*, Lisboa, Edições 70.

⁶ Claude LÉVI-STRAUSS – Introdução à Obra de Marcel Mauss, in *Ensaio sobre a Dádiva*, de Marcel Mauss, trad. port., Lisboa, Edições 70, 1988.

⁷ Annette WEINER – *Inalienable Possessions: The Paradox Of Keeping-While-Giving*, Berkeley, Univ. California Press, 1992

⁸ Maurice GODELIER – *L'énigme du Don*, Paris, Fayard, 1996, trad. bras. de Eliane Aguiar, *O Enigma do Dom*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001

⁹ Sobre este último, por todos, Mircea ELIADE – *Traité d'histoire des religions*, Paris, Payot, 1949, nova ed. port. trad. por Fernando Tomaz e Natália Nunes, *Tratado de História das Religiões*, Porto, Asa, 1992, pp. 46-52.

¹⁰ Mircea ELIADE – *Das Heilige Und Das Profane*, trad. port. de Rogério Fernandes, *O Sagrado e o Profano*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d. , p. 23.

¹¹ *Ibidem*, p. 24.

¹² *Ibidem*, pp. 23-24.

¹³ Georges DUMÉZIL - *Mythe et Dieux des Indo-Européens*, textos reunidos e apresentados por Hervé Coutau-Bégarie, Paris, Flammarion, 1992.

¹⁴ Paulo Ferreira da CUNHA – *Teoria da Constituição. II. Direitos Humanos, Direitos Fundamentais*, Lisboa / São Paulo, Verbo, 2000, p. 273 ss., max. p. 278 ss..

¹⁵ *Brevitatis causa*, esta parte da arguição foi abreviada ao mínimo, e não seria também objecto do “contraditório”.

¹⁶ O artigo em causa é o nosso *Constituição Europeia e Cultura Cristã*, in “Diário de Notícias”, 2 de Julho 2003. No dia 3 de Julho o mesmo jornal publicou um comentário do Prof. Doutor Jorge Bacelar Gouveia.

¹⁷ Cavaleiro de OLIVEIRA – *Recreação Periódica*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1922, pp. 1 e 5.

* PROFESSOR UNIVERSITÁRIO. TEXTO QUE SERVIU DE BASE À ARGUIÇÃO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DA LICENCIADA SARA ABRANTES GUERREIRO, NA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA, EM 28 DE JUNHO DE 2004.



D.R.

Fachada do edifício das Cortes, em Madrid

A “Caixa de Pandora”

MARIA REGINA DE MONGIARDIM*

Concebida, à face da presente Constituição, como uma “nação de nações” e não como uma única realidade nacional, a Espanha actual – a do *Estado das Autonomias* – foi sendo edificada ao longo dos 25 anos, entretanto transcorridos, como um Estado descentralizado, que incorpora elementos próprios dos modelos federal, confederal e unitário, panóplia esta sustentada pela diversidade histórica, cultural, étnica, linguística, política, económica e institucional, e pela dinâmica centralizadora da Castela. Uma Espanha que, graças à sua adesão à Europa, em 1986, e ao crescimento

»»

negativo da sua população, conseguiu atingir níveis de prosperidade nunca antes alcançados, contribuindo para uma paz social que, apenas, se veria ameaçada pelo terrorismo da ETA.

Essa etapa de crescimento e de construção de um Estado descentralizado, moderno e democrático, feito à luz de um *consenso* temeroso e temerário, parece ter atingido algum esgotamento, numa altura em que a própria Europa apresenta uma realidade bem diferente da Comunidade dos Oito, dos Doze ou dos Quinze, em que aumenta o *europessimismo*, em que o centro gravitacional da política europeia se deslocou para Leste e para Sudeste, em que se produziu uma divisão entre uma Europa atlantista e outra claramente europeísta, ou continental, deixando a Espanha numa situação marginal e quase periférica, face aos desafios da convergência e da modernização, das alterações demográficas, produzidas, entre outros factores, pela imigração, e da manutenção dos vínculos históricos da *Hispanidad*.

Apesar da bondade desse ciclo e da função integradora da monarquia, supranacional e suprapartidária, Espanha não conseguiu erradicar os perigos de desvertebração do Estado, representados, sobretudo, pelos nacionalismos periféricos catalão e basco.

Mesmo a obstinação dos anteriores governos em invocar a intocabilidade do texto constitucional, e, nesse sentido, em defender a validade da sobreposição subliminar do modelo unitário de Estado ao modelo do Estado das Autonomias, mediante a conservação das províncias, base da divisão territorial desse mesmo modelo unitário e área de circunscrição eleitoral, demonstra à exaustão o nível de incidência da problemática nacionalista na política espanhola e na orientação das principais formações partidárias do país. Uma organização territorial, que justapõe as comunidades autónomas, as províncias e os municípios, como resposta à relação de forças existente no início da *Transição* e como forma de impedir uma maior dinâmica centrífuga das autonomias, e que, para inviabilizar a desagregação do Estado, devido

às pressões independentistas do País Basco e da Catalunha, adoptou a via do chamado “*café para todos*”, generalizando o sistema autonómico a todo o território de Espanha, se bem que desigual em termos político-constitucionais, institucionais e de competências.

Em semelhante conjuntura interna e externa, é um facto que esse ciclo de bonança terá chegado a seu termo, e que parte do articulado da Constituição de 1978, nomeadamente o seu Título VIII, se encontra obsoleto.

A dupla estrutura do Estado unitário e autonómico não se compadece, nem com a vocação política nacional das autonomias históricas, nem com o desiderato de maior descentralização de certas regiões, apesar do artificialismo da sua constituição em Comunidades Autónomas.

Obsoleto, sobretudo, quando nem se estipula a forma como se deverão relacionar as Comunidades Autónomas entre si e com o Estado, ou quando o processo de integração europeia, iniciado sobre a marcha do Estado das Autonomias, provocou a recuperação de competências autonómicas pelo governo central.

Apesar de ser definido como “*Câmara de representação territorial*”, a composição e as funções do Senado distam, em muito, de cumprir cabalmente essa sua missão, sendo apenas, na prática, uma câmara de segunda leitura das leis aprovadas pelo Congresso. Não admira, portanto, que a sua reforma tenha sido sucessivamente adiada, já que essa reforma pressupunha uma revisão constitucional, ainda que de alcance político pouco ambicioso e limitado, aproximando o actual modelo de Estado das Autonomias a um Estado federal, rejeitado pela maioria das forças políticas de Espanha, designadamente, pelas próprias forças políticas nacionalistas, sempre avessas a um estatuto igualitário entre todas as autonomias espanholas.

A questão da revisão constitucional haveria de tomar carácter de urgência, principalmente, pela reivindicação prioritária dos



governos catalão e basco sobre a revisão dos seus próprios Estatutos. Prevista nos textos constitucional e estatutário, esta revisão dos Estatutos de Autonomia, anunciada formalmente pelo País Basco, Catalunha, Canárias e Andaluzia, constitui um exercício de irrecusável risco político, já que significa, não apenas, um aumento de competências dessas Comunidades Autónomas, num cenário historicamente conflituoso, problemático e de forte incidência desvertebradora, mas, também, um reforço do modelo confederal do Estado, que torna ainda mais heterogêneo e desarticulado o funcionamento do Estado das Autonomias.

Ao contrário da visão centralista da sede nacional do PP, exímio em invocar e esgrimir os perigos de uma revisão constitucional, mesmo limitada, como se de uma “caixa de Pandora” se tratasse, e em defender os benefícios do actual sistema, o PSOE propôs-se levar a efeito um programa de reformas visando dar solução à organização territorial do Estado, até agora inacabada.

Por tal razão, o governo socialista de Zapatero comprometeu-se, perante o povo espanhol, a iniciar o processo de revisão constitucional, que deverá coincidir com os processos de revisão dos estatutos de autonomia e de descentralização a favor dos municípios. Conjugados, estes três processos darão forma a uma nova arquitectura política descentralizada do Estado aplicada à estrutura territorial autonómica de Espanha, desenhada, não pela Constituição de 1978, mas a partir dela.

A revisão constitucional agora prometida pretende tão-só adequar a composição e funcionamento do Senado, enquanto órgão de representação territorial, a essa mesma estrutura territorial do Estado da Autonomias (17 Comunidades Autónomas peninsulares e arquipelágicas, e as cidades de Ceuta e Melilha, no Norte de África, com um estatuto de autonomia a meio caminho entre o poder autonómico e o municipal), e equilibrar o processo de descentralização, mediante a transferência de poderes das Comunidades Autónomas para os municípios (velha reivindicação municipal, que, naturalmente, não deixa de suscitar

reservas cautelares nos poderes autonómicos nacionalistas).

A fim de reforçar a articulação desta complexa estrutura prevê-se a criação da Conferência de Presidentes das Autonomias (velha proposta de Manuel Fraga Iribarne, incluída no seu programa de uma "Administração Única"), órgão de carácter integrador que, na visão das forças políticas espanholas, ao proporcionar a articulação das autonomias entre si e o poder central, poderá contrabalançar a pressão centrífuga dos nacionalismos periféricos e das regiões assimiladas, com maior vocação de autogoverno. Nessa linha, serão criadas, também, a Conferência Espanhola de Cidades e a Conferência Sectorial para os Assuntos Locais, órgãos de coordenação entre as cidades e o executivo de Espanha, e entre as Comunidades Autónomas e o poder central, respectivamente, estabelecendo-se, assim, uma teia de compromissos e de responsabilidades cruzadas e partilhadas, que tendem a conferir mais eficácia às políticas e maior coerência aos assuntos do Estado.

O horizonte futuro da construção da União Europeia, no que respeita ao seu alargamento e aprofundamento, não será alheio a este processo, que, através de uma mais forte integração e coesão nacionais, pretende introduzir um maior dinamismo na resposta espanhola aos repto do exterior.

Apesar de se encontrar num processo constituinte contínuo, desde a aprovação da Constituição de 1978, Espanha defronta-se, no entanto, com o grande desafio que representa a obtenção do consenso necessário para aprovação do novo texto constitucional, tendo em conta as máximas pretensões dos nacionalismos basco e catalão, e as diferentes perspectivas com que os líderes regionais do PP, por um lado, ou os do PSOE, por outro, encaram este processo. Esta preocupação foi, aliás, explicitamente formulada pelo Rei Juan Carlos, no Congresso dos Deputados, durante as cerimónias de abertura da presente legislatura, quando apelou a um consenso idêntico ao de 1978.

Com esta importante decisão política, abre-se um novo capítulo na história recente de Espanha, em que serão mais as incógnitas, do



que as certezas, tendo em conta o próprio ambiente de pessimismo que rodeia a construção europeia, a qual funcionou nos últimos anos como um excelente amortecedor da problemática nacionalista do Estado espanhol.

Será que esta decisão do actual partido no poder poderá confirmar a preocupação dos eternos “*arautos da desgraça*” sobre os perigos de se vir a destapar, em Espanha, a “caixa de Pandora” de uma revisão constitucional, sem nítidas garantias de consenso? ✚

Vigo, Outubro de 2004

* DIPLOMATA E PROFESSORA UNIVERSITÁRIA.



Europeias: lições de uma eleição

DUARTE LIMA*

Nestas eleições europeias, as primeiras que vão do Atlântico até quase aos Urais, e que ocorrem num momento em que não apenas a Europa dá um passo de gigante na sua reconfiguração interna, mas também no meio do turbilhão provocado pela mutação em curso do paradigma das relações internacionais, há, como em todas as eleições em que o povo soberano fala, importantes lições a retirar, umas de natureza geral, outras de natureza particular, estas centradas na situação política portuguesa.

1. AS ELEIÇÕES NA EUROPA

Quanto às lições de natureza geral, salientarei as seguintes:

1ª lição: A alta abstenção e o fracasso da política

As elevadas taxas de abstenção, a uma escala superior a 50%, e com uma extensão generalizada a todos os países da União, não pode deixar de ser vista como um fracasso da política e dos políticos, no que diz respeito à promoção do ideal europeu junto dos respectivos cidadãos. O novo Leviatã em que ameaça tornar-se o monstro burocrático de Bruxelas, cada vez mais distante das realidades nacionais, e a sua cegueira de uniformização – até cultural – dos mais

»

pequenos detalhes da vida dos povos, está a sobrepôr-se de forma asfixiante à promoção de ideais políticos comuns construídos no respeito – e até no reforço – das identidades nacionais. Está a transformar-se num factor de cisão, de alheamento e de hostilidade entre os povos da União, e cada vez mais distante do ideal da Europa que presidia à concepção dos Pais Fundadores. Esse novo Leviatã, esse aparelho burocrático cinzento, moroso, e centralizado, é uma demonstração de que continua actual aquela velha “Lei de bronze da burocracia”, formulada há mais de um século por Robert Michels, segundo a qual as burocracias têm uma propensão inata para autojustificarem com o seu funcionamento a sua própria existência, mais do que para servirem os cidadãos e a sociedade.

Por outro lado, a Europa não tem neste momento verdadeiros líderes políticos, nos governos e nas oposições, homens de carisma capazes de contagiar os cidadãos europeus com novos projectos e novos ideais. É governada por uma comunidade de dirigentes sem ambição, acossados pela ditadura dos media, mais preocupados em assegurar a sua sobrevivência imediata do que em deixar uma obra, émulos menores dos burocratas que imperam nos corredores de Bruxelas.

O império da política dá cada vez mais lugar ao império do que Guy Debord chamou de “Estado Espectáculo”, um aparelho de ideias e de imagens integrado e difuso que produz e regula o discurso e a opinião públicos, e ao qual os políticos se submetem mansamente, incapazes de resistirem ao monopólio que os media exercem sobre as agendas políticas. Esta lei do espectáculo estendeu-se às campanhas eleitorais, e os discursos dos candidatos, em vez de reflectirem sobre a essência dos problemas políticos em jogo, moldam-se à lógica da produção de imagens, de *sound-bytes*, de dichotes e de rituais de campanha terceiro mundistas (lembre-se a trágica luta de Matosinhos), tão do agrado dos media.

É ponto assente que os políticos aceitam cada vez mais o jogo de figurantes numa espécie de campanha publicitária nivelada por baixo, em que o discurso político é mais técnica de venda do que debate de ideias.

2ª lição: A generalização do voto de castigo

A segunda lição a retirar é que se está a generalizar a ideia de que, à falta de verdadeiro debate sobre projectos e políticas mobilizadoras, os cidadãos aproveitam este momento para o famoso voto de castigo aos governos, censurando as suas políticas severamente sem porem em causa directamente a estabilidade. À direita e à esquerda, ninguém escapa. E de uma penada se julga a ineficiência das políticas sociais ou de emprego, a estagnação económica, opções polémicas de política internacional – como o apoio à guerra no Iraque – e até a própria incapacidade de os políticos europeus serem incapazes de reformarem o Estado providência, que é uma das conquistas principais da cidadania europeia, hoje à beira do impasse.

3ª lição: Crescendo do anti-europeísmo

A par com o definhamento da política e com a morte do debate sério das questões europeias, vai a afirmação dos movimentos e forças políticas anti-europeistas, cujo exemplo mais evidente foi o da Grã-Bretanha. A Europa precisa de dar, para utilizar uma expressão maoísta tão do agrado de alguns dos nossos governantes, um novo “salto em frente”, semelhante ao que foi dado no período de ouro de dirigentes como Delors, Khol, Thatcher, Cavaco, Gonzalez, Mitterrand, e encerrar de vez esta “era do vazio” em que tem vegetado nos últimos anos, com líderes políticos sem chama e ambição, incapazes de pôr de pé uma verdadeira política externa ou de segurança comum. A política tem horror ao vazio, e o vazio das actuais lideranças tem já este efeito de espelho no incremento preocupante dos movimentos anti-europeus. É uma maré que corre o risco de continuar a encher.

2. AS ELEIÇÕES EM PORTUGAL

Olhando friamente para os resultados das eleições em Portugal, o quadro é o seguinte.

A) Hecatombe fragorosa e humilhante da coligação, em termos



de votos (não esquecer que a coligação pediu um cartão vermelho a quem lhe queria mostrar o amarelo);

B) Dentro da coligação, claro enfraquecimento do PSD, que perde 2 deputados, e que, descontados os votos do PP, desce abaixo do limiar dos 30%, os seus mínimos de sempre;

C) Reforço inequívoco do PS e do Bloco de Esquerda

Tentarei analisar quais foram, do meu ponto de vista, as principais causas, mas também algumas das principais consequências a que estas eleições não deviam deixar de conduzir, começando por dizer que me pareceu um péssimo sinal o exercício penoso, misto de infantilidade, de imaturidade e de cegueira, com que todos os dirigentes da maioria, com excepção do Primeiro-Ministro e do próprio cabeça de lista, tentaram justificar estes resultados na noite eleitoral.

Começarei pelas causas

1ª causa: Uma campanha infantil e primária

Ressalvando não só a excelente escolha do cabeça de lista, como também a sua compostura e o seu discurso sempre correcto e informado sobre as principais questões em debate na agenda política europeia, o mote da campanha política da maioria foi inacreditável: centrou-se num discurso cerrado (tantas vezes esquecendo aquele decoro mínimo que deve existir mesmo entre adversários) contra aquele a quem chamaram “o pai do défice”.

Primeiro erro: a escolha de um tema de política interna, e não de política europeia, como mote da campanha. Isso foi, num acto de quase masoquismo, permitir que a discussão se centrasse na política governativa, na fase mais difícil do mandato, propiciando uma manifestação do descontentamento, que passou de subliminar a expressa.

Segundo erro: a escolha do tema do défice, que é o tema mais controverso na nossa actualidade política, pois mesmo muitos daqueles

que defendem o seu controlo acham que a metodologia seguida tem sido muito violenta, e em parte responsável pelo clima de recessão económica instalado entre nós. Ligar a forma como se tem processado o combate ao défice – que continua elevado, em termos estruturais – às suas consequências na vida imediata dos cidadãos foi um passo imediato. Ao escolher a cama em que se queria deitar, a maioria começou aí a cavar a sua própria desgraça.

Terceiro erro: fazer uma campanha pela negativa, sobrevalorizando o ataque à oposição, que deixou de ser governo há mais de dois anos, e desvalorizando a necessidade de se fazer uma campanha pela positiva, em nome de princípios e valores de política europeia que, pelo menos no caso do PSD, são seu património genético desde sempre. Mais: deixar resvalar essa campanha negativa, por parte de figuras menores da coligação, para o ataque pessoal a um homem cuja integridade e coerência eram comumente reconhecidas, provocando um efeito de vitimização que, como deviam saber, é sempre favorável às vítimas. Os media do “Estado Espectáculo” não podiam deixar de agradecer, e amplificar o efeito.

2ª causa: A ambiguidade europeia do PP

A ambiguidade discursiva sobre a Europa entre os dois partidos da coligação era mais do que evidente, e permitia todo o tipo de investidas e de ataques. Ninguém pode fugir da sua sombra, como diz um conhecido adágio chinês, e a sombra de Paulo Portas é, durante muitos anos de doutrinação abundante, a de um anti-europeu furiosamente militante, só recentemente convertido à híbrida e politicamente vazia condição de euro-calmo.

É preciso lembrar que o velho CDS, de grata memória, teve, com Freitas do Amaral, Lucas Pires e Adriano Moreira, uma inequívoca linha europeísta, na esteira do que há de melhor na tradição dos pais fundadores da Europa e da doutrina democrata cristã e social cristã. E as suas representações de deputados no Parlamento europeu, ao longo dos anos, foram consistentes na defesa dessa tradição. A ruptura com essa linha, utilizando nas questões europeias um



discurso muitas vezes permeado de nacionalismo arcaizante, de populismo demagógico e até de alguns laivos de xenofobia mal disfarçada, foi a carta de alforria com que Portas se sagrou líder partidário, e o banho lustral com que quis baptizar o “seu” PP, conferindo-lhe como que uma natureza – e até uma pureza – distinta do CDS inicial.

Ora esta ambiguidade e este desconforto esteve presente em toda esta campanha eleitoral, e foi claramente um dos pontos fracos da coligação.

3ª causa: A coligação pré-eleitoral: reduziu, em vez de expandir.

A terceira causa consistiu no facto de se fazer uma coligação eleitoral sem um claro projecto político comum e mobilizador. Uma coligação pré-eleitoral pode ter um efeito expansivo sobre o eleitorado, como aconteceu com a velha AD, quando existe uma comunhão de liderança e de projecto capaz de galvanizar os eleitores. Aí o todo é maior do que a soma das partes. Esta coligação não teve tal comunhão de liderança e de projecto, e basta ver a forma atabalhoada como ambos os líderes se apresentaram na noite eleitoral para o perceber, separados e com leituras diferentes das eleições. Foi um casamento de conveniência, em que cada um pretendia usar o outro para disfarçar um resultado que se antevia ingrato. Aqui, o todo só podia ser, como foi, menor do que a soma das partes. A coligação encolheu, como aquela “pele de chagrin” de Balzac, para níveis intoleráveis, e a discussão sobre a sua utilidade futura está inevitavelmente inscrita na agenda dos dois partidos.

4ª causa: O voto de castigo

Em Portugal, como noutros países com governos a meio do mandato, o executivo foi penalizado pelas opções de política interna. É preciso não esquecer que o PSD ganhou as eleições em nome de três ou quatro ideias básicas: uma promessa de choque fiscal, que ainda não foi cumprida; uma diabolização da saída de Guterres, ligando essa saída à incapacidade de controlar o défice, que neste momento ainda

não está igualmente controlado em termos estruturais, mesmo que sejam louváveis alguns sinais de rigor; uma promessa de melhoria radical do funcionamento da administração pública, sobretudo ao nível da saúde, da segurança social e da justiça, que continua uma miragem; uma promessa de colocar Portugal a crescer economicamente mais do que a Europa e a integrar o grupo dos países mais desenvolvidos, quando a realidade é que já estamos atrás da Grécia, e não falo de futebol. Com a barafunda instalada nas privatizações, com um ministro da economia que politicamente não existe e não dá sinais de confiança aos investidores, com o desemprego mais alto entre as famílias, o voto de protesto era a arma mais à mão que os eleitores tinham para dizer ao Primeiro-Ministro: “mude de rumo”! - o que parece, segundo as suas palavras na noite das eleições, ele terá entendido.

Passarei às consequências

Sendo estas as causas principais, e sendo claro o destino que espera a maioria se não houver uma alteração significativa das circunstâncias, direi quais são, do meu ponto de vista, as consequências políticas que resultam, ou que deveriam resultar, destas eleições.

1ª: Para o PS

Reforça a sua posição no xadrez político como alternativa, embora o número de votos expressos que arrecadou relativamente às últimas eleições (pouco mais do que 5.000) seja mínimo, estando a subida da sua percentagem (elevada) numa relação directa com o aumento da abstenção. Os dois partidos da coligação perdem mais de 230.000 votos expressos, e esses votos não se transferiram para o PS, o que é um dado curioso.

Portugal tem vivido, praticamente desde as últimas eleições legislativas, com um vazio de oposição, por razões que não interessa aqui dissecar. Para lá do Bloco de Esquerda, na oposição tem reinado o deserto.

Ora este resultado pôs a nu as fragilidades e a vulnerabilidade da maioria, onde alguns dirigentes assumiam a atitude de ter a eternidade à sua frente, e mostrou que os eleitores mantêm, de qualquer forma, intacta a sua capacidade de mudar, mesmo quando do outro lado há lideranças fracas.

Este resultado tem, para mim, um sinal mais claro no castigo da governação do que de prémio da oposição. Prémio, se o houve, foi para uma figura que soube pairar acima das questiúnculas partidárias e do seu pobre fraseado de lama e insultos: Sousa Franco.

Se a perspectiva de ser poder reforça a imagem do PS no imaginário dos eleitores, estes resultados vão intensificar, no médio ou já no curto prazo, a disputa pela liderança do partido, por parte daqueles que estão há muito insatisfeitos com Ferro Rodrigues, e que na essência não terão mudado de opinião com estes resultados.

2^a. Para a coligação

A) A primeira consequência terá que passar por uma remodelação profunda do governo no curto prazo, que lhe permita ganhar fôlego para iniciar um novo ciclo político, para o qual o tempo é escasso. Há mais de dois anos consecutivos que os portugueses recebem más notícias, e estamos a chegar perigosamente ao ponto em que não há retorno. Se as coisas não começarem a mudar rapidamente na realidade quotidiana dos cidadãos, algumas "boas notícias", que sempre, inevitavelmente, chegam nos períodos eleitorais, soarão a falso, e terão o sabor amargo que teve o anúncio da retoma na semana que precedeu as eleições.

Contudo, conhecendo a maneira de actuar do Primeiro-Ministro, acredito que ele a queira fazer apenas por volta de Novembro, pelas seguintes razões: para não dar a ideia de que é uma reacção automática aos maus resultados eleitorais; porque em cima do choque eleitoral a disponibilidade para integrar o governo é menor por parte das pessoas mais qualificadas; e também para ter um trunfo que anule os efeitos do Congresso do PS, que se realiza por essa altura, e onde não é impossível que aconteçam surpresas.

B) A segunda consequência terá que passar por uma mudança substancial da política seguida. O Primeiro-Ministro disse na noite das eleições que entendia a mensagem que o eleitorado transmitiu, e que ia proceder a ajustamentos e correcções, mas acrescentou que “o essencial da política seguida se ia manter”. Ora a verdade é que o sinal que o eleitorado transmitiu é que quer que o essencial da política mude. Pensar que este sinal tão forte significa que o eleitorado apenas está descontente com o acessório, e não com o essencial, é um erro crasso, que se pagará caro, tão caro como o que foi pago nestas eleições. E se o rigor financeiro é para manter, então algo de muito profundo tem que mudar na política económica, desde logo, que tem que servir de contrapeso para compensar os efeitos restritivos da política financeira e de algumas políticas sociais.

Não basta anunciar a retoma, o que já está a ser feito há cerca de um ano. É preciso que ela se veja, para que o seu anúncio, de tão frequente, mas com tão pouca expressão, não passe ao anedotário político, o que no nosso país não é difícil.

C) Mas mais importante do que mudar a política económica, e com isto passo à terceira consequência, é mudar substancialmente a própria condução política do governo. Porque com má condução política, mesmo os sucessos económicos – se a retoma chegar – acabam por não servir de nada, como se viu recentemente em Espanha. Ora a verdade é que o chamado núcleo duro do governo é tudo menos duro, tem promovido uma condução errática, infantil e às vezes ao nível da mais pura indigência política. Com a excepção do Primeiro-Ministro e do ministro dos Assuntos Parlamentares, que naturalmente não podem cobrir todas as situações, há um vazio de afirmação política no governo que é assustador, parecendo que às vezes se confunde a definição da estratégia política da Nação com jogos florais de rapazes do liceu. Tem sido confrangedor, e não é apenas ao nível da comunicação, como amiúde se invoca, mas da concepção, da programação e da execução. Aponto apenas dois exemplos: o primeiro é o de ao fim de dois anos de governo a grande linha estratégica que continua a dominar ser a do ataque à herança da

»

oposição e ao descalabro do défice. Não pode um governo subsistir apoiado apenas numa espécie de reflexo condicionado de Pavlov, em que a desculpa do défice sai automaticamente para explicar todos os problemas. Há um tempo a partir do qual já não faz sentido falar nas falhas da oposição, que foi julgada e perdeu o poder. A partir daí o governo tem que passar a existir pela sua acção e pelos seus méritos próprios, e não por ser contra, pela mera afirmação adversarial; o segundo exemplo é o do discurso recorrente sobre as reformas que se prometem mas não se fazem. Mais do que falar em reformas, é importante defini-las com clareza, aprová-las com rapidez, regulamentá-las com bom senso para serem viáveis, e aplicá-las com determinação. Lembro-me que no primeiro governo de Cavaco Silva se falou pouco de reformas, mas durante os primeiros dois anos elas foram todas praticamente postas em prática.

D) A quarta consequência passa pela necessidade de reafirmar uma linha ideológica no governo que coloque de novo na ordem do dia as preocupações de justiça social que hoje são um dos núcleos da agenda política um pouco por toda a Europa, e que fazem parte do património político do PSD. A deriva ideológica neo-conservadora e radical para que propende às vezes um dos braços do governo não pode prevalecer, como tem prevalecido, sob pena de atirar rapidamente a grosso das classes médias para os braços do PS. Eu espero bem que o Primeiro-Ministro encontre tempo disponível para explicar ao dr. Paulo Portas que governar para as pessoas é uma tarefa um pouco mais complexa do que simplificar pequenas mensagens políticas em verso de pé quebrado, que podem fazer bom efeito momentâneo, mas que não resolvem nenhum dos problemas que um governo é chamado a resolver.

E) A quinta consequência é a necessidade de definir, quanto antes, a política de coligação – pré-eleitoral, ou pós-eleitoral – para 2006. Por mais que as lideranças dos dois partidos queiram evitar o tema, ele está na ordem do dia, e está-o por um erro de palmatória dos líderes do PSD e do PP. Esse erro traduziu-se na coligação para as europeias.

Havendo diferenças de concepção para a Europa, essa seria a eleição mais natural em que se teriam justificado listas separadas. Ninguém de bom senso, dentro da coligação ou fora dela, poderia afirmar que a coligação ficava em causa por causa de listas separadas para as europeias. A verdade é que, contando com um resultado minimamente digno, cada um se esperava esconder por detrás da coligação para não fazer a própria contagem de votos, para dizer quanto valia exactamente neste momento.

E se o resultado até foi bom para o PP, que mantém os seus dois deputados, não podia ter sido pior para o PSD que perde dois deputados, e que é a única força política que perde mandatos. A coligação pré-eleitoral revela-se assim redutora do potencial dos dois partidos, e não amplificadora, como alguns pensaram. Ora é bom que este separar das águas – que não significa, como não significou há dois anos, que os dois partidos não possam renovar a coligação depois de 2006 caso tenham votos para isso – seja feito com tempo e com serenidade, até porque esse é um factor de clarificação que ajuda a consolidar os eleitorados de cada um deles.

Não sei se alguma destas coisas vai ser feita pelos dois partidos de governo, em particular pelo partido maioritário, onde a cultura do unanimismo e do seguidismo, reverente e adepta do “respeitinho”, está instalada de armas e bagagens. Há um silêncio ensurdecedor, que é traduzido na ausência absoluta de debate sobre questões substantivas, e na recusa da aceitação da diferença, ou na sua excomunhão.

O tempo é um dos recursos mais preciosos da política, e tão importante como decidir bem é decidir no tempo certo. O tempo, disse alguém que não recordo, é o “grande suicida”, que faz de cada dia que passa uma realidade ao nível da morte, já que cada dia consumado é uma realidade irrepitível, irrecuperável. E uma das coisas que estas eleições vieram mostrar é que a corrida contra o tempo já começou. †

* AVOGADO E POLÍTICO. INTERVENÇÃO NO INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO, em 15 de Junho de 2004.

Uma cultura nacional de design inclusivo:

Um factor estratégico
para o desenvolvimento
e para cumprir 2010

PEDRO NUNO OLIVEIRA*

À concretização de um Portugal pleno de oportunidades,
À honra dos que por diversas razões não podem intervir por si,
Em homenagem dos que lutam contra as adversidades,
À memória de Francisco Gonçalves e
Ao futuro de Ricardo Gonçalves.

“Ver o bem e não fazê-lo é sinal de cobardia”
Confúcio (551 – 478 a. C.)

INTRODUÇÃO

Tendo em conta o término do Ano Europeu da Pessoa com Deficiência e a crise económica por que passa a Europa no geral, e o País em particular, visa o presente documento traçar algumas linhas que ajudem a sistematizar

alguns dos pensamentos e posições que foram sendo defendidas pelo autor em alguns seminários e outros fóruns nacionais ao longo de 2003 sobre como as questões das acessibilidades¹ e da mobilidade serão centrais quer para o desenvolvimento socio-económico da Europa e, particularmente, de Portugal, quer para a manutenção dos modelos político-económicos existentes e o actual funcionamento dos mesmos, diminuindo os riscos de exclusão da população.

Será a implementação de medidas concretas nas áreas das acessibilidades e mobilidade apenas uma questão de Direitos Humanos? Quais as relações existentes entre uma cultura de *design* inclusivo e o cumprimento dos objectivos da Estratégia de Lisboa, assim como com o aumento dos níveis de produtividade e competitividade da economia nacional? E quais as possibilidades reais de implantar e executar um Plano Nacional de Acessibilidade em tempo de contenção orçamental em Portugal? Por último, sabendo que o ano de 2004 assinalará os trinta anos do *regímen* democrático português, estando consciente que o derrube das barreiras culturais acerca destas matérias e que as mudanças de paradigmas são sempre progressivas, queira o destino que a redacção deste texto seja sinónimo, pelo menos, do despoletar de algumas reacções – favoráveis ou não – de algumas individualidades e entidades que se interessem pelo tema e queiram partilhar as suas posições, pois todas elas servirão para enriquecer o debate e a reflexão sobre uma causa que, por ser respeitante a todos, terá de ser nacional.

Numa tentativa de atingir os objectivos propostos e de responder às questões formuladas, o documento começa por fazer a contextualização do tema e por enfatizar a sua pertinência face aos objectivos da Estratégia de Lisboa, num segundo ponto relaciona-se o assunto com o desenvolvimento socio-económico sustentável da Europa e no terceiro ponto aborda-se o mesmo enquanto factor de competitividade económica interna e externa para Portugal.



1. CONTEXTO E PERTINÊNCIA

Na sequência da Cimeira Europeia de Lisboa em 2000, os Estados Membros estabeleceram a finalidade estratégica de tornarem a União Europeia até 2010 na "*economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social*"², através da implementação de políticas comuns dinamizadoras do aumento dos níveis de educação e emprego dos cidadãos, dos níveis de formação contínua e requalificação da mão-de-obra dos trabalhadores e da massificação da utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) enquanto plataforma transversal de concretização das mesmas. Isto tudo, no âmbito de um projecto sistémico, integrado e sustentável capaz de aumentar a produtividade e a competitividade das economias europeias.

Para o crescimento económico contribuem decisivamente os factores emprego e produtividade, ambos suportados pela envolvente regulamentar, sendo que a segunda pode ser vista sob dois prismas. O primeiro são os níveis de investimento na expansão das empresas, na adopção de novas tecnologias ou ainda no capital humano (competências, educação e formação). O segundo são os efeitos em termos de produto dos investimentos em capital físico e humano, reflectindo o grau de competitividade, a capacidade de as empresas gerarem riqueza e conhecimento, assim como a sua utilização enquanto motor de inovação e de reorganização do trabalho.

Por seu lado, entre 1990 e 2000 os Estados Membros desencadearam um conjunto de reformas estruturais dos respectivos mercados de trabalho, as quais começaram a dar frutos patentes no número acrescido de pessoas com emprego e com a notável redução do desemprego de longa duração, sem que tal situação reflectisse subidas de curto prazo da inflação, já que as empresas praticaram preços que compensaram a subida dos salários necessária para reter e atrair mão-de-obra.

Tendo em conta que a Estratégia de Lisboa coloca a tónica na

instrução e na aprendizagem ao longo da vida, na medida em que esta situação ao verificar-se aponta para melhorias estruturais no mercado do emprego, saliente-se que uma proporção significativa dos novos empregos criados durante essa década teve origem em sectores que requeriam níveis médios e altos de habilitações educativas o que é um factor essencial numa economia baseada no conhecimento.

Um outro aspecto importante, e que constitui talvez um dos seus desafios mais significativos, reside no objectivo de dinamizar o emprego e aumentar as taxas de participação na actividade económica dos trabalhadores mais velhos, das mulheres e das várias minorias existentes.

É nossa convicção que integrar estes grupos no mercado de trabalho depende de inúmeros factores, entre os quais se conta a necessidade de colmatar as disparidades existentes em termos de oportunidades entre homens e mulheres ainda visíveis em muitos Estados Membros, de implementar políticas efectivas de mobilidade e de acessibilidade que possibilitem o prolongamento da vida laboral activa, assim como medidas pró-activas e integradoras nos acessos à educação, formação e emprego dos cidadãos com necessidades especiais.

Trata-se pois de transformar a União Europeia num espaço onde impere uma cultura de design inclusivo, sendo que neste texto se entende por design inclusivo (ou universal) “[...] o design de produtos e de meios físicos a utilizar por todas as pessoas, até ao limite máximo possível, sem necessidade de se recorrer a adaptações ou a design especializado”, cuja finalidade é o “[...] de simplificar a vida a todos, fazendo com que os produtos, as comunicações e o meio edificado sejam mais utilizáveis por um número cada vez maior de pessoas, a um preço baixo e sem custos adicionais. Este conceito tem por alvo pessoas de todas as idades, estaturas e capacidades”³.

A questão torna-se tão mais pertinente quando se sabe⁴:

- Que a Organização Mundial de Saúde definiu envelhecimento biológico como sendo o “aumento da esperança média de vida dos indivíduos, acompanhada de uma alteração [diminuição] progressiva das



capacidades de adaptação do corpo e de um aumento gradual das probabilidades de morrer devido a determinadas doenças”;

- Que segundo as Nações Unidas a proporção de jovens continuará a diminuir até atingir os 21% do total da população em 2050 e a proporção da população mundial com 65 ou mais anos aumentará para 15,6%, ou seja, a um ritmo de crescimento quatro vezes superior ao da população jovem;
- Que se estime que até ao ano 2020 a média percentual mundial das pessoas portadoras de deficiência aumente de 11 para 17% e;
- Que se tivermos em atenção o perfil demográfico da União Europeia em particular, verifica-se que, num total de pouco mais de 370 milhões de habitantes, cerca de 57 milhões de pessoas têm 65 ou mais anos (dados de 2000) e cerca de 37 milhões de pessoas são portadoras de pelo menos uma deficiência (dados de 2003).

Os dados aqui presentes servirão de base e ajudarão a justificar a nossa tese de que já deixou há muito de fazer qualquer sentido abordar as questões da acessibilidade e da mobilidade universais numa perspectiva de excepção ou como se estas se destinassem a determinados segmentos populacionais.

2. A ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE COMO UMA ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIO-ECONÓMICO SUSTENTÁVEL EUROPEU

No âmbito da União Europeia, só com o Tratado de Maastricht o vínculo entre os cidadãos dos Estados-Membros e a estrutura supra-estadual europeia se tornou mais directo graças à introdução do conceito de cidadania europeia e de uma série de direitos civis e políticos. Por sua vez, o Tratado de Amesterdão reforçou estes direitos e precisou a relação entre cidadania nacional e cidadania europeia: as instituições europeias ao reconhecerem o respeito dos direitos fundamentais como princípio geral do direito europeu e consagrarem vários direitos relacionados com a livre circulação na União Europeia, fizeram-no com o intuito de colocar o indivíduo e os seus interesses no centro do processo de integração.

Porém, até essa altura, o conceito da liberdade de circulação foi sofrendo algumas alterações de sentido: se nas primeiras disposições pertinentes se tratava exclusivamente da liberdade de circulação dos particulares enquanto sujeitos económicos, quer como trabalhadores assalariados, quer como prestadores de serviços, este, ao longo do tempo, foi evoluindo no sentido de uma generalização compatível com o ideal de cidadania europeia, independente de qualquer actividade remunerada, bem como de qualquer distinção em função da nacionalidade⁵. Ou seja, evoluiu da perspectiva de direito económico para a perspectiva de direito civil.

A relevância da mobilidade enquanto factor de desenvolvimento ganha um novo fulgor em Lisboa e sai reforçada no Conselho Europeu de Barcelona de Março de 2002 quando a UE acordou que a despesa global em I&D na União deveria ser aumentada com o objectivo de se aproximar de 3% do PIB até 2010:

“Em Janeiro de 2000, a Comissão adoptou uma Comunicação em que propõe a criação de um Espaço Europeu da Investigação (EEI) e em que salientou, nomeadamente, a necessidade de introdução de uma dimensão europeia nas carreiras de I&D e apelou para a necessidade de recursos humanos mais abundantes e com maior mobilidade. Esta última preocupação tornou-se objecto da Comunicação “Estratégia de Mobilidade no EEI”, que tem como objectivo proporcionar a dinâmica necessária para a criação e desenvolvimento de um ambiente favorável à mobilidade dos investigadores durante toda a sua carreira. Uma série de acções concretas marca o início da implementação desta estratégia, como o desenvolvimento do Portal da Mobilidade dos Investigadores, a criação da Rede Europeia de Centros de Mobilidade, bem como com iniciativas legislativas em matéria de condições de admissão dos investigadores de países terceiros.” (COM 436, 2003, p. 4)

A mobilidade é uma condição eficaz para promover a formação de mão-de-obra especializada e de difusão de conhecimentos. Este é um elemento fulcral no desenvolvimento da investigação, pois permite a criação e funcionamento de equipas e redes de investigadores multinacionais, o que promove a competitividade económica da Europa e a exploração prospectiva dos resultados. Uma maior



mobilidade física dos investigadores ao nível transnacional, inter-regional e intersectorial é essencial com vista a tirar todos os benefícios dos recursos disponíveis.

Segundo a Comunicação “*Estratégia de mobilidade no Espaço Europeu de Investigação*” de 20.06.2001 da Comissão Europeia, a mobilidade é vista enquanto instrumento de optimização dos resultados da investigação na Europa, na medida em que cria valor acrescentado através de:

- Melhoria da quantidade e qualidade da formação em investigação, através da oferta das melhores oportunidades disponíveis, independentemente da sua localização geográfica;
- Promoção de condições de colaboração em investigação a nível internacional, regional e intersectorial;
- Promoção da transferência de conhecimentos e tecnologias entre os diferentes intervenientes no sistema europeu de investigação e inovação, incluindo a indústria;
- Aumento da excelência científica apoiando o trabalho de investigadores individuais e incentivando a criação de centros de renome internacional que sejam pólos de atracção de investigadores de todo o mundo;
- Melhor distribuição da excelência em investigação nas diferentes regiões da Europa, incluindo as regiões menos favorecidas da UE e os países candidatos à adesão;
- Maior eficiência dos trabalhos de investigação através da reunião de competências e experiências, proporcionando uma melhor difusão dos resultados da investigação, bem como optimizando a utilização da infra-estrutura de investigação e das oportunidades de financiamento da investigação e;
- Demonstração, pela sua mera existência, da abertura do Espaço Europeu da Investigação.

A questão da acessibilidade advém, por inerência, do fenómeno do envelhecimento que afecta a população europeia em geral, e a sua comunidade científica em particular. Isto é, a decrescente mobilidade inerente ao envelhecimento, torna

necessário criar e tornar os acessos adequados à sua mobilidade. Perante a escassez de recursos humanos em I&D e a incapacidade em cativar os jovens para as carreiras de investigação, visando cumprir o já referido “objectivo 3%”, a Comissão salienta, na Comunicação “Investir na investigação: um plano de acção para a Europa” de 30.04.2003, que “a Europa irá necessitar de mais investigadores com competências mais adequadas para atingir o pretendido aumento de investimento na investigação até 2010. O aumento do investimento na investigação irá fazer crescer a procura de investigadores: para além da substituição prevista desta força de trabalho à medida que vai envelhecendo, estima-se que sejam necessários cerca de 1,2 milhões de pessoas adicionais no sector da investigação, incluindo 700 000 novos investigadores, para atingir o objectivo previsto” (COM 436, 2003, p. 7).

De facto, o “[...] sucesso dos esforços para a constituição de uma capacidade suficiente para satisfazer os objectivos para 2010 será também condicionado pela percepção que os jovens estudantes têm das perspectivas de carreira e da empregabilidade no sector da investigação. Caso os estudantes receiem que não se venha a verificar uma procura dessas habilitações por parte dos institutos de investigação e das empresas de inovação, nesse caso poderão não optar por esses estudos ou, se o fizerem, poderão emigrar depois de obterem a licenciatura” (COM 436, 2003, p. 9).

Perante este quadro, o Conselho de Ministros da Educação adoptou em 5 de Maio de 2003 as conclusões sobre os níveis de referência dos resultados médios na educação e formação (benchmarks). Perante os cinco níveis de referência dos resultados médios europeus é o domínio da matemática, ciências e tecnologias, o Conselho apelou para “um aumento de 15% do número total de licenciados nestas três disciplinas na União Europeia até 2010, devendo simultaneamente ser reduzido o desequilíbrio entre sexos”⁶.

Ou seja, dada a forte correlação existente entre o avanço da idade e o aparecimento das incapacidades, como se constatou nos dados apresentados ao longo deste documento, e a necessidade de prolongar a vida activa das elites científicas europeias devido às dificuldades em atrair os jovens para as carreiras de investigação e ao êxodo destes para fora do território europeu, vai obrigar os Estados Membros a implantarem medidas concretas



também ao nível das acessibilidades e, à semelhança da mobilidade, já não numa perspectiva de estas medidas se destinarem somente a potenciar a integração de grupos minoritários, mas já também como instrumento essencial para garantir o desenvolvimento socio-económico europeu e para a concretização do projecto “União Europeia”.

3. DO PARADIGMA ILUMINISTA AO PARADIGMA DA COMPETITIVIDADE: UM PORTUGAL INCLUSIVO SERÁ UM PORTUGAL MAIS COMPETITIVO E MENOS PERIFÉRICO

Tradicionalmente, e ao contrário do que se passou na UE, as questões das acessibilidades e da mobilidade em Portugal foram sempre debatidas sob o prisma ético e moral dos princípios enunciados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e raramente numa perspectiva do seu desenvolvimento socio-económico.

Esta abordagem, largamente adoptada sobretudo pelas organizações representantes das pessoas portadoras de deficiência, sempre teve, e tem, graves repercussões aos níveis da visão global do problema por parte do decisor político e da sociedade civil porque ajudou a criar a ideia de que seriam medidas destinadas a beneficiar, apenas e só, a integração de alguns grupos minoritários, alimentando assim uma das marcas mais pesadas e difíceis de erradicar da cultura portuguesa: a mentalidade nacional do “coitadinho”.

Ora a Declaração Universal dos Direitos Humanos é um documento que foi redigido por uma Comissão constituída para o efeito em que, na sequência dos horrores do Holocausto Nazi, vários países do mundo envidaram esforços para criar um documento que garantisse os direitos humanos de todos os cidadãos. Não obstante o facto de, desde a sua adopção em 10 de Dezembro de 1948 pelas Nações Unidas, ter vindo a influenciar inúmeras constituições e leis e ter sido subscreta por quase 200 países desde 1948 até à actualidade, a Declaração em si trata-se apenas de uma declaração de intenções dos países subscretores.

Disso mesmo nos dá conta Michel Forst: *“A forma da Declaração é logicamente preferida a outras propostas. Ela tem mesmo o mérito de poder ser adoptada com rapidez, ao contrário de convenções ou de tratados que exigiram discussões e negociações necessariamente longas e difíceis entre os governos. Com efeito, uma declaração não tem uma «força vinculativa» para os estados que a adoptam, ou seja, estes não são obrigados a aplicá-la. Ela tem apenas a força moral de uma proclamação que os governos fazem uns perante os outros, comprometendo-se em relação a princípios e não a obrigações”* (Combesque, 1998, p. 26). Ou seja, “[...]. Ela não protege directamente os indivíduos, não confere automaticamente liberdades aos homens, às mulheres ou às crianças. É por isso que, logo após a sua adopção, os países membros da ONU resolveram redigir e depois adoptar leis [...] cuja aplicação devia ser obrigatória para os estados aderentes” (Combesque, 1998, p. 29).

O exposto salienta a importância da implementação e institucionalização em cada Estado de políticas públicas que por um lado desencadeiem os mecanismos legais e judiciais necessários à exigibilidade desses direitos e, por outro, implementem meios de efectivação de medidas concretas, visando, essencialmente, *“a promoção, transformação e/ou a desagregação das instituições estatais ou sociais, emanem elas, ou não, do próprio aparelho de Estado”* (Quermonne, 1995, p. 61)⁷.

Se a questão da regulação normativa não parece ser o problema central em Portugal, na medida em que, felizmente, apresenta um quadro jurídico-formal em que se prevêem um conjunto de princípios e normas que enunciam uma igualdade de direitos e deveres para todos os cidadãos portugueses, sem que se deslumbrem discriminações negativas relativamente às pessoas portadoras de deficiência, já a vertente da aplicação e fiscalização das normas existentes parece apresentar-se como o problema mais crítico do nosso sistema político.

Ao abordar esta realidade, é inevitável recordar uma reportagem emitida por uma estação de televisão privada onde se comparam as condições de acessibilidade e mobilidade oferecidas aos cidadãos ingleses com as oferecidas aos cidadãos portugueses, recorrendo ao testemunho de uma, então, estudante portuguesa portadora de deficiência que se tinha visto obrigada a emigrar na procura



de condições para poder concluir a sua licenciatura⁸.

A questão da acessibilidade, mobilidade e livre circulação é um aspecto frequentemente referenciado nessa reportagem, onde, ao vê-la, não se pode deixar de reter algumas expressões de satisfação e realização pessoal que trespassa no discurso dessa jovem estudante portuguesa entrevistada que, de uma situação de isolamento forçado, dada a falta de estruturas que a obrigavam à necessidade de depender da disponibilidade de terceiros para visitar – uma ou duas vezes por mês – a sua faculdade em Coimbra, passa a ter em Inglaterra uma vida que lhe permite ter uma autonomia muitíssimo alargada e uma integração social daí resultante de tal forma experimentada que lhe permitiu terminar a entrevista a assumir que a única limitação que sentia naquelas condições era o respeito pelo próximo. Em contraste, ouve-se no mesmo programa a Sra. Bastonária da Ordem dos Arquitectos, pessoa cujo carácter humanista está acima de qualquer suspeita, e o Sr. Arquitecto Pedro Ramalho dizerem que ainda não existe uma cultura “anti-barreiras” implantado no Ensino Superior de Arquitectura em Portugal. No entanto, como facilmente se poderá comprovar pela leitura dos seus Estatutos, a Ordem dos Arquitectos parece reconhecer-se legitimidade para, entre outras situações, “*Contribuir para a elevação dos padrões de formação do arquitecto*” e “*Acompanhar a situação geral do ensino da arquitectura e dar parecer sobre todos os assuntos relacionados com esse ensino*”⁹. Será, por isso, relevante saber o que tão respeitável instituição tem feito de facto no sentido de alterar a referida “cultura” exclusivista das Universidades Lusas. Isto vem comprovar que enquanto seres humanos o que nos faz mais ou menos eficientes não são tanto as nossas condições específicas, mas sim as condições e as estruturas existentes, assim como as mentalidades circundantes.

Por sua vez, ao analisar o caso português, constata-se que o caso relatado não será certamente o único porque:

- Segundo os censos de 2001, cerca de um milhão de portugueses (6,13% da população portuguesa) possui uma deficiência que se traduz numa incapacidade superior a 60% (contrariando o valor de

9,16% apresentado num estudo de 1998 do Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD)), sendo que por cada jovem portador de deficiência existem 5,5 idosos nas mesmas condições;

- Dos 1,5 milhões de portugueses com mais de 65 anos, apenas 44,9% dos homens e 34,9% das mulheres com idades entre os 65 e os 69 anos podiam esperar viver sem pelo menos um tipo de incapacidade em 1996;
- No que diz respeito às origens das deficiências, apenas 21% das deficiências são adquiridas durante o parto, à nascença ou por hereditariedade e que os restantes 79% dos casos foram ou poderão ser adquiridas ao longo da vida, fazendo, infelizmente, de cada um de nós um potencial portador de alguma deficiência, e;
- Relativamente a estes grupos, deve-se ter em atenção três indicadores: o nível de escolaridade das pessoas portadoras de deficiência é o mais baixo do país¹⁰, cerca de 400 mil idosos e/ou pessoas portadoras de deficiência detém um rendimento de agregado familiar inferior ao salário mínimo e 500 mil destas pessoas encontram-se em idade activa.

Perante estes factos e números, parece oportuno, desmistificante e pró-activo secundarizar um pouco o paradigma iluminista, ao insistir apenas numa abordagem ético-moral do problema, tendo como pano de fundo os Direitos Humanos, e adoptar o paradigma racionalista¹¹ enquanto forma de abordagem política e uma estratégia lógico-incrementalista¹² como forma de acção.

Até porque as consequências nefastas para o desenvolvimento socio-económico do país, se se insistir numa lógica de inacção, parecem não só evidentes, mas também perigosas. Senão vejamos:

O alargamento da UE para leste coloca a Portugal vários desafios aos níveis da participação, da afirmação, do crescimento e da competitividade num mercado europeu. O facto de Portugal ser um país cada vez mais periférico e com poucos recursos, faz com que o aumento da produtividade e competitividade da sua economia passe, em grande medida, por uma melhor utilização e exploração transversal das TIC,



por um aumento das qualificações e competências técnicas dos seus recursos humanos e por um aproveitamento mais eficaz de todos eles, o que torna urgente encontrar soluções de forma a potenciar a maximização da utilização e o aproveitamento dos 15% de activos que apresentam pelo menos um tipo de incapacidade.

Sendo a qualificação dos Recursos Humanos um vector central e essencial nas políticas de modernização da economia portuguesa pelo menos desde a década de 80, só abordando as questões das acessibilidades e da mobilidade enquanto factor estratégico de desenvolvimento se poderão garantir as condições necessárias para se poder falar em retardar a idade de aposentação da mão-de-obra qualificada a operar em Portugal ou em conseguir atraí-la para o nosso país. Desta perspectiva depende, por exemplo, a nossa plena participação no *EEI*.

Só com uma rede de transportes públicos universais, conforme enuncia a Directiva Comunitária 85/2001 de 21 de Novembro da Comissão Europeia, se poderá criar as condições para garantir a mesma capacidade de mobilidade destes recursos humanos produtivos e altamente qualificados, destes consumidores cada vez mais exigentes e destes cidadãos com hábitos de sociabilidade e níveis de inclusão e qualidade de vida que vão querer manter, exigindo todas as condições para tal, e conciliá-las com um projecto nacional e europeu de crescimento social, económico e ambiental necessariamente sustentado.

Já não é só o carácter humanista de zelar pela integração de alguns grupos que está em causa, mas sobretudo a necessidade e o interesse do Estado e das empresas portuguesas em garantir as condições essenciais para poderem participar e competir numa economia baseada no conhecimento aberta e evitar o risco da ultraperiferia política e económica.

Por outro lado, é nesta partilha destes interesses que assenta claramente a implantação de um plano de intervenção nesta área, mesmo em tempo de recessão. Para que se implementem medidas objectivas, é necessária a partilha de responsabilidades e a participação de todos os agentes.

Se o Estado português eleger a mobilidade e a acessibilidade como factor de desenvolvimento, à semelhança do que se passa por exemplo com o Estado federal brasileiro e a erradicação da fome no Brasil¹³, então deve promover ou apoiar programas de sensibilização de Responsabilidade Social das Empresas¹⁴, no sentido de recrutar o apoio e a colaboração activa dos agentes económicos, demonstrando-lhes as vantagens dessa sua participação.

Caso contrário, e tendo em conta que os grandes interessados em manter e aumentar os seus níveis de competitividade e posições num mercado globalizado mesmo que envelhecido são as empresas, terão que ser estas, através das suas associações, em conjunto com parcerias várias, a exigir que o decisor coloque esta questão como prioridade da agenda política nacional, demonstrando-lhe os perigos para a imagem interna e externa de Portugal se não o fizer, assim como, para os largos benefícios se optar por agir.

4. CONCLUSÃO

Uma cultura de *design* inclusivo nas sociedades é, em primeiro lugar, factor estratégico de desenvolvimento. E o desenvolvimento é um factor global que diz respeito a todos os membros de uma sociedade. Na Europa, dificilmente sem ela se poderá avançar mais no projecto de unificação europeia e na concretização efectiva de uma plena cidadania supranacional. Devido ao perfil demográfico traçado e as projecções apresentadas, dir-se-á que grande parte da estratégia delineada em Lisboa em 2000 depende da implementação de medidas efectivas em termos de mobilidade e acessibilidades. Pensá-las de uma outra forma que não de uma forma global e direccionada a todos é, na nossa opinião, um rude golpe no caminho europeu. No caso português, não parece que seja possível a nenhum decisor político prospectar realisticamente, mesmo a médio prazo, níveis de conforto social, qualidade de vida ou sequer competitividade económica na Era Globalizada em que vivemos, sem apostar numa intervenção integrada e transversal nas áreas da Sociedade de



Informação, acessibilidades e mobilidade, transformando-a numa “aliança” poderosa por um lado no interesse em proporcionar as condições necessárias para possibilitar a concretização de uma experiência de cidadania activa concreta a todos os cidadãos e consequentemente na luta pelo exercício efectivo da nossa plena participação e afirmação numa Europa alargada, utilizando-o como meio estratégico de combater a ultraperiferia geopolítica da nossa economia.

Teremos de ser capazes de concretizar mais e legislar menos mas melhor. E no caso em apreço, os agentes políticos e económicos terão de entender que a tomada de medidas concretas é, sobretudo, uma questão de interesse vital e afirmação, interna e externa, destes perante recursos humanos altamente qualificados, consumidores cada vez mais exigentes, uma opinião pública cada vez mais consciente, com hábitos de sociabilidade, níveis de inclusão e qualidade de vida que vão querer manter independentemente das suas condições. ✚

BIBLIOGRAFIA

- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, *Estratégia de Mobilidade no Espaço Europeu de Investigação*. Bruxelas (COM 331/2001.06.20).
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, *Investigadores no Espaço Europeu de Investigação: uma profissão, múltiplas carreiras*. Bruxelas (COM 436/2003.07.18).
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, *Livro Verde: Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*. Bruxelas (COM 366/2001.07.18).
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, *Resposta da Europa ao Envelhecimento da População Mundial Promover o Progresso Económico e Social num Mundo em Envelhecimento. Contribuição da Comissão Europeia para a II Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento*. Bruxelas (COM 143/2002.03.18).
- FORST, Michel “Os textos fundamentais” in COMBESQUE, Marie Agnès (Coord.), *Introdução aos Direitos do Homem*. Lisboa, Terramar, 1998, (pp. 23-29).

- QUERMONNE, Jean-Louis. "Les Politiques Institutionnelles, Essai d'interprétation et de typologie" in GRAWITZ, Madeleine & LECA, Jean, (Ed.) *Traité de Science Politique, vol. 4: Les Politiques Publiques*, Paris, PUF, 1995, (pp. 62-66).
- SECRETARIADO NACIONAL PARA A REABILITAÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. *Inquérito Nacional às Incapacidades, Deficiências e Desvantagens – Resultados Globais*, 2ª Edição, Caderno SNR n° 9, 1998.

OUTRAS FONTES

- Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Lisboa, 23 e 24 de Março de 2000: http://www.europarl.eu.int/summits/lisI_pt.htm
- Conclusões do Conselho de Ministros da Educação – Jornal Oficial da UE C 134/4 de 7.6.2003: http://europa.eu.int/eurlex/pri/pt/oj/dat/2003/c_134/c_13420030607pt00030004.pdf
- Estatutos da Ordem dos Arquitectos: http://www.ordemdosarquitectos.pt/a_esta.html
- Reportagem "Ignorados" do programa Hora Extra da SIC, emitido em 15.01.2002.
- Site Oficial do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência: <http://www.snripd.msst.gov.pt>
- Site Oficial do Programa "Fome Zero": <http://www.fomezero.gov.br>

¹ O uso do plural justifica-se dada a evolução verificada no sentido do conceito de acessibilidade, deixando de ser apenas sinónimo de acesso físico para usuários de cadeiras de rodas, passando a ser o conceito-chave que descreve o processo complexo e variado relativo aos ajustes necessários e à (re-)organização de todas as actividades de forma a satisfazer também as necessidades das pessoas com necessidades especiais e a permitir a sua plena participação na sociedade.

² § 5 das Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Lisboa, 23 e 24 de Março de 2000: (fonte: http://www.europarl.eu.int/summits/lisI_pt.htm)

³ Fonte: http://www.snripd.msst.gov.pt/site_texto/acessibilidade/design_texto.htm.



⁴ Os dados relativos a Portugal serão apresentados no ponto 3 deste documento.

⁵ O mesmo se aplica a nacionais de países terceiros pois, conseqüentemente, após a abolição dos controlos nas fronteiras internas, deixou de ser possível a verificação da nacionalidade.

⁶ Conclusões do Conselho de Ministros da Educação – Jornal Oficial da UE C 134/4 de 7.6.2003. (Fonte: http://europa.eu.int/eur-lex/pri/pt/oj/dat/2003/c_134/c_13420030607pt00030004.pdf)

⁷ Relativamente a esta dicotomia, resulta que para uns, como é o caso de Durkheim, as Políticas Públicas, enquanto instituições, mantêm-se como “*formas sociais estabelecidas*” (Quermonne, 1995, p. 63) – apresentando, desta forma, as instituições como algo aglutinante de realidades diversas e positivadas no sentido de que elas próprias são entidades criadoras de normas e de obrigações de comportamento, e, por isso, o meio ideal para a socialização dos indivíduos. Para outros, como Sartre e Castoriadis, as instituições são os “*processos pelos quais a sociedade se organiza*” (Quermonne, *ibidem*). Para mais pormenores, v. QUERMONNE, Jean-Louis. “*Les Politiques Institutionnelles, Essai d’interprétation et de typologie*” in GRAWITZ, Madeleine & LECA, Jean, (Ed.) (1995) *Traité de Science Politique*, vol. 4: *Les Politiques Publiques*, Paris, PUF, (p. 62-66).

⁸ Reportagem “Ignorados” do programa *Hora Extra* da SIC, emitido em 15.01.2002.

⁹ Respectivamente, as alíneas e) e o) do Artigo 3.º dos Estatutos da Ordem dos Arquitectos (fonte: <http://www.ordemdosarquitectos.pt/oa-cap1.html>)

¹⁰ Contudo, saliente-se o aspecto de se começar a verificar algumas alterações nesta realidade não só pelo aumento relativo do número de pessoas portadoras de deficiência que consegue completar níveis de escolaridade médios e altos, mas – e sobretudo – pelo facto, já referido, do aumento do número de pessoas que adquirem as suas deficiências ao longo da vida e depois de já terem concluído, ou estarem em vias de concluir, o seu percurso escolar.

¹¹ A tomada da decisão é feita com base em factos, conhecimento e razão (em oposição à tomada de decisão com base na intuição). Deve ser explícito, rigoroso e sistemático, baseado em técnicas e processos lógicos.

¹² Processo de tomada de decisão alternativo face às limitações do planeamento racional e do incrementalismo oportunista, constituído por uma série de subsistemas, ligados entre si, formando um conjunto coeso e persistente, de onde emergem estratégias efectivas.

¹³ Para maior detalhe sobre o programa “fome zero”, ver site:

<http://www.fomezero.gov.br>

¹⁴ Segundo a Comissão Europeia, a Responsabilidade Social das Empresas é “[...] um processo pelo qual as empresas gerem as suas relações com uma série de partes interessadas que podem influenciar efectivamente o seu livre funcionamento, a motivação comercial torna-se evidente. Assim, à semelhança da gestão da qualidade, a responsabilidade social de uma empresa deve ser considerada como um investimento, e não como um encargo. Através dela, é possível adoptar uma abordagem inclusiva do ponto de vista financeiro, comercial e social, conducente a uma estratégia a longo prazo que minimize os riscos decorrentes de incógnitas.” (COM 336, 2001, p. 5).

* LICENCIADO EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Técnico do INETI.

BOLETIM DO
INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO
NOVA SÉRIE DEZEMBRO 2004 N.º 3

RΘTEIROS

Conselho Editorial

Adriano Moreira

Maria Regina de Mongiardim

José Fontes

Director

Miguel Anacoreta Correia

Editor

Raúl Alves Fernandes

Propriedade

Instituto D. João de Castro

Redacção e Administração

Rua D. Francisco de Almeida, 49

1400-117 Lisboa

Telefone: 213 032 150

Fax: 213 032 160

E-mail: idjcmoreira@mail.telepac.pt

Distribuição

Pedidos à Redacção

Design, paginação e ilustração

Atelier Luís Filipe Cunha

Impressão e Acabamento

Euroscanner

Número de Registo

112874

Depósito Legal

212775/05

Tiragem

1 500 exemplares



Instituto D. João de Castro

Órgãos Sociais

Conselho de Fundadores

PRESIDENTE

Prof. Doutor Adriano Moreira

Conselho da Direcção

PRESIDENTE

Eng.º Miguel Anacoreta Correia

VOGAIS

Amaro de Oliveira Santos

Margarida de Lima Mayer

Doutor José Fontes

Assembleia Geral

PRESIDENTE

Prof. Doutor Adriano Moreira

MESA

Prof.^a Doutora Maria Regina Flor e Almeida

Dr. José Maria Andrade Pereira

Conselho Fiscal

PRESIDENTE

Prof. Doutor António Maria Machado Pinheiro Torres

VOGAIS

Dr. João Maria Abrunhosa Sousa

Dr. José Luís Monteiro Pereira Seixas

Secretário-geral

Doutor José Fontes Castelo Branco

Superintendente dos Serviços do Instituto

Eng.^a Catarina d'Orey Moreira

